

REGULAMENTO

A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM**, entidade civil, de direito privado, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 29.184.280/0001-17, através da Portaria MPS nº 1.410, de 4 de julho de 2025 e de acordo com a Lei nº 9.717/1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022 e com a versão 1.5 do Manual de Certificação Profissional dos RPPS autorizada pela Portaria MPS–SRPC nº 3887, de 12 de dezembro de 2024, torna público que fará realizar, em regime contínuo, certificação mediante Curso de Capacitação e Atualização Profissional dos Dirigentes, Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, Responsáveis pela Gestão de Recursos e Membros do Comitê de Investimentos dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como condição para o exercício dos respectivos cargos ou funções; bem como o Curso Complementar de Capacitação Profissional para os profissionais em exercício conjunto na função de dirigente da unidade gestora e de responsável pela gestão das aplicações dos recursos ou membro do Comitê de Investimentos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Coordenação de Certificação dos Profissionais dos RPPS ABIPEM divulga o presente Regulamento para realizar nos cursos de Certificação, ofertados por meio do Curso de Capacitação Profissional (CCP) e do Curso de Atualização Profissional (CAP).

1.2 Este Regulamento destina-se a profissionais vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), incluindo dirigentes das unidades gestoras, membros dos conselhos deliberativos e fiscais, responsáveis pela gestão dos investimentos, integrantes dos comitês de investimentos do RPPS.

1.3 As certificações serão concedidas conforme os critérios estabelecidos no Manual de Certificação Profissional dos RPPS, observando carga horária, frequência mínima, desempenho acadêmico e outros requisitos específicos de cada curso.

1.4 A certificação obtida será graduada no nível avançado para dirigentes de unidade gestora dos RPPS, responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, e no nível intermediário para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

1.5 Os profissionais que já possuem certificação válida e desejam atualizá-la poderão se inscrever no Curso de Atualização Profissional, de acordo com o tipo de certificação anteriormente obtida.

1.6 A participação no Curso de Atualização Profissional não gera nova certificação, mas renova a já existente, respeitando o tipo e o nível anteriormente obtidos.

2. DAS MATRÍCULAS

2.1 As matrículas ocorrerão de forma contínua.

2.2 As matrículas para o Curso de Capacitação Profissional (CCP) deverão ser realizadas pelo site: <https://eventos.inf.br/abipem/ccp/inscricao.php>

2.3 As matrículas para o Curso de Atualização Profissional (CAP) deverão ser realizadas pelo site: <https://eventos.inf.br/abipem/cap/inscricao.php>

2.4 Na página de matrícula deverão ser fornecidas informações como: CNPJ do instituto, dados do instituto e dados pessoais do aluno (nome, CPF, e-mail, telefone).

2.5 Ao profissional será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento das informações no formulário de matrícula.

2.6 A inexistência das declarações, irregularidade de documentos ou outras irregularidades constatadas no decorrer do processo, ou posteriormente, impedirá o profissional de concluir os cursos, anulando-se todos os atos decorrentes da sua inscrição, inclusive, sem devolução da taxa paga.

2.7 A ABIPEM não se responsabiliza por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causada por endereço eletrônico incorreto ou por problemas de provedor de acesso do profissional tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros AntiSpam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica.

3. DO PAGAMENTO

3.1 Após o preenchimento e conferência das informações no formulário de matrícula, o boleto bancário para pagamento será emitido, o qual deverá ser pago em qualquer banco do sistema de compensação bancária dentro do prazo de vencimento.

3.2 Caso o boleto não seja pago até a data de vencimento, o aluno deverá entrar em contato pelos canais de atendimento indicados no item 13 deste Regulamento para solicitar a atualização da data.

3.3 Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da matrícula, seja qual for o motivo alegado. Não serão aceitos pagamentos por nenhum outro meio que não o especificado neste Regulamento.

3.4 Realizada a inscrição e pagamento, a solicitação de emissão de notas fiscais deverão ser feitas diretamente pelo e-mail certificacao@abipem.org.br

3.5 Após confirmação de pagamento, os alunos matriculados receberão por e-mail instruções de como acessar a plataforma dos cursos.

4. DO INVESTIMENTO

4.1 Os cursos oferecidos neste edital terão seus valores definidos conforme a tabela de preços abaixo:

Curso de Capacitação Profissional (CCP)			
Tipo de Inscrição	Valor p/ Associados	Valor p/ Associados de Associações Parceiras	Valor p/ Não Associados
Curso de Capacitação Profissional para Conselheiros Deliberativo e Fiscal – Nível Intermediário – CP RPPS CODEF II	R\$ 900	R\$ 1.035	R\$ 1.200
Curso de Capacitação Profissional para Dirigentes da UG – Nível Avançado – CP RPPS DIRIG III	R\$ 1.200	R\$ 1.380	R\$ 1.500
Curso de Capacitação Profissional para o Responsável pela Gestão de Recursos e Membros do Comitê de Investimentos – Nível Avançado – CP RPPS CGINV III	R\$ 1.500	R\$ 1.725	R\$ 1.800
Curso Complementar para o exercício de cargo ou função de Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos	R\$ 1.350	R\$ 1.552,50	R\$ 1.380
Curso Complementar para o exercício do cargo de Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS	R\$ 1.080	R\$ 1.242	R\$ 1.404

Curso de Atualização Profissional (CAP)			
Tipo de Inscrição	Valor p/ Associados	Valor p/ Associados de Associações Parceiras	Valor p/ Não Associados
Curso de Atualização Profissional para Dirigentes da UG	R\$ 600	R\$ 690	R\$ 780
Curso de Atualização Profissional para Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal	R\$ 450	R\$ 517,50	R\$ 585
Curso de Atualização Profissional para o Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos	R\$ 750	R\$ 862,50	R\$ 975

5. DOS CURSOS OFERTADOS

5.1 Os cursos de capacitação, para fins de obtenção da certificação profissional, são:

- a) **Curso de Capacitação de Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS – nível avançado:**

Carga-horária: 80 horas;

Estrutura dos Módulos:

- ACO001 – Compensação Previdenciária;
- ACO002 – Gestão Atuarial;
- ACO003 – Gestão Contábil;
- ACO005 – Plano de Custeio;
- ACO006 – Gestão Atuarial Avançada;
- ADM001 – Administração Pública;
- ADM003 – Certificação Institucional;
- ADM004 – Gestão, Governança, Controle Interno, Ética, Riscos e Compliance;
- ADM005 – Gestão de Pessoas;
- DIP001 – Controle, Regulação, Supervisão e Fiscalização;
- DIP002 – Planejamento;
- DIP003 – Plano de Benefícios;
- DIP004 – Regimes Próprios de Previdência Social;
- DIP005 – Responsabilidades e Inelegibilidades;
- DIP006 – Seguridade Social; e
- INV004 – Gestão dos Investimentos

b) Curso de Capacitação de Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal – nível intermediário:

Carga-horária: 60 horas;

Estrutura dos Módulos:

- ACO001 – Compensação Previdenciária;
- ACO002 – Gestão Atuarial;
- ACO003 – Gestão Contábil;
- ACO005 – Plano de Custeio;
- ADM001 – Administração Pública;
- ADM002 – Melhores Práticas para Seleção de Investimentos;
- ADM003 – Certificação Institucional;
- ADM004 – Gestão, Governança, Controle Interno, Ética, Riscos e Compliance;
- ADM006 – Auditoria de Investimentos;
- DIP001 – Controle, Regulação, Supervisão e Fiscalização;
- DIP004 – Regimes Próprios de Previdência Social;
- DIP005 – Responsabilidades e Inelegibilidades;

- DIP006 – Seguridade Social; e
- INV004 – Gestão dos Investimentos.

c) Curso de Capacitação do Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS – nível avançado:

Carga-horária: 100 horas;

Estrutura dos Módulos:

- ACO002 – Gestão Atuarial;
- ACO004 – Gestão de Risco;
- ADM002 – Melhores Práticas para Seleção de Investimentos;
- ADM003 – Certificação Institucional;
- DIP001 – Controle, Regulação, Supervisão e Fiscalização;
- DIP004 – Regimes Próprios de Previdência Social;
- INV001 – Alocação de Ativos;
- INV002 – Conhecimentos Básicos de Finanças;
- INV003 – Fundos dos Investimentos;
- INV005 – Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos;
- INV006 – Legislação Específica dos Investimentos;
- INV007 – Noções Básicas de Economia;
- INV008 – Teoria Moderna das Carteiras;
- INV009 – Avaliação de Desempenho; e
- INV010 – Compliance e Ética.

5.2 Também serão ofertados complementação de curso na hipótese do profissional exercer conjuntamente as funções de Dirigente da Unidade Gestora do RPPS e Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS.

5.3 Neste caso, o profissional precisa das duas certificações: CP RPPS DIRIG e CP RPPS CGINV.

5.4 Na complementação de curso para exercício conjunto de Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS e Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS, a carga-horária é reduzida e abrange apenas os conteúdos que não são comuns entre as duas formações, permitindo que o profissional se habilite para os dois cargos sem precisar cursar novamente todo o conteúdo dos dois programas completos.

5.5 Na complementação de curso, ambas certificações precisam ser no nível avançado.

a) Curso Complementar para o exercício de cargo ou função de Dirigente da Unidade Gestora do RPPS – nível avançado:

Carga-horária: 40 horas

Estrutura dos Módulos:

- ACO001 – Compensação Previdenciária;
- ACO003 – Gestão Contábil;
- ACO005 – Plano de Custeio;
- ACO006 – Gestão Atuarial Avançada;
- ADM001 – Administração Pública;
- ADM004 – Gestão, Governança, Controle Interno, Ética, Riscos e Compliance;
- ADM005 – Gestão de Pessoas;
- DIP002 – Planejamento;
- DIP003 – Plano de Benefícios;
- DIP005 – Responsabilidades e Inelegibilidades;
- DIP006 – Seguridade Social; e
- INV004 – Gestão dos Investimentos.

b) Curso Complementar para o exercício de cargo ou função de Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos – nível avançado:

Carga-horária: 60 horas

Estrutura dos Módulos:

- ACO004 – Gestão de Risco;
- ADM002 – Melhores Práticas para Seleção de Investimentos;
- INV001 – Alocação de Ativos;
- INV002 – Conhecimentos Básicos de Finanças;
- INV003 – Fundos dos Investimentos;
- INV005 – Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos;
- INV006 – Legislação Específica dos Investimentos;
- INV007 – Noções Básicas de Economia;
- INV008 – Teoria Moderna das Carteiras;
- INV009 – Avaliação de Desempenho; e
- INV010 – Compliance e Ética.

5.6 Também serão ofertados cursos de atualização profissional, destinados exclusivamente

aos profissionais que já possuem certificação válida.

5.7 A certificação concedida após aprovação do curso de atualização profissional será do mesmo tipo e nível já obtido.

5.8 Os cursos de atualização, para fins de renovação da certificação profissional, são:

a) Curso de Atualização Profissional para Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS:

Carga-horária: 41 horas

Estrutura dos Módulos:

- ACO001 – Compensação Previdenciária;
- ACO005 – Plano de Custeio;
- ACO007 – Atualidades na Análise Atuarial;
- ADM004 – Gestão, Governança, Controle Interno, Ética, Riscos e Compliance;
- ADM007 – Atualidades de Gestão dos RPPS;
- DIP003 – Plano de Benefícios;
- DIP007 – Decisões Recentes no Direito Previdenciário; e
- INV003 – Fundos dos Investimentos.

b) Curso de Atualização Profissional para Membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal:

Carga-horária: 31 horas

Estrutura dos Módulos:

- ACO007 – Atualidades na Análise Atuarial;
- ADM001 – Administração Pública;
- ADM006 – Auditoria de Investimentos;
- ADM007 – Atualidades de Gestão dos RPPS;
- ADM004 – Gestão, Governança, Controle Interno, Ética, Riscos e Compliance;
- DIP001 – Controle, Regulação, Supervisão e Fiscalização;
- DIP005 – Responsabilidades e Inelegibilidades; e
- DIP007 – Decisões Recentes no Direito Previdenciário.

c) Curso de Atualização Profissional para o Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS:

Carga-horária: 51 horas

Estrutura dos Módulos:

- ACO007 – Atualidades na Análise Atuarial;
- ADM002 – Melhores Práticas para Seleção de Investimentos;
- ADM007 – Atualidades de Gestão dos RPPS;
- INV003 – Fundos dos Investimentos;
- INV009 – Avaliação de Desempenho; e
- INV010 – Compliance e Ética.

5.9 Os conteúdos programáticos de cada curso, disponíveis em anexo a este edital, abrangem as competências técnicas necessárias ao exercício das funções certificadas, conforme estabelecido na versão 1.5 do Manual de Certificação Profissional dos RPPS.

5.10 Os cursos serão ofertados na modalidade EaD, por meio da plataforma exclusiva <https://abipemcertificadora.com.br>, desenvolvida com foco em segurança e excelência pedagógica.

5.11 O acesso à plataforma dar-se-á conforme instruções enviadas por e-mail, conforme item 3.5 deste Regulamento.

5.12 A plataforma utiliza o Learning Management System (LMS) Moodle 5.0, hospedado em servidor privado virtual (VPS) com sistema operacional CentOS 7.9 e banco de dados PostgreSQL 14. O acesso também pode ser feito pelo aplicativo oficial do Moodle, disponível para Android e iOS, garantindo praticidade, responsividade e sincronização entre dispositivos.

6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

6.1 Constitui requisitos técnicos para acessar a plataforma dos cursos:

- Navegador (sempre atualizado): Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox ou Safari;
- Habilitação de cookies e armazenamento local.
- Pop-ups apenas quando solicitados pela plataforma.
- Evitar extensões que bloqueiem scripts e players de vídeo.
- Processador Dual-core ou Quad-core;
- Memória (RAM) 4 GB ou 8 GB;
- Tela 1280×720 1366×768 ou superior; e
- Áudio Fones de ouvido ou Fones + ambiente silencioso.

6.2 Em caso de qualquer dificuldade na utilização da plataforma, o suporte deverá ser

acionado pelo e-mail certificacao@abipem.org.br

7. DAS CERTIFICAÇÕES

7.1 A certificação obtida será graduada no nível avançado para dirigentes de unidade gestora dos RPPS, responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, e no nível intermediário para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

7.2 As certificações concedidas pelo Curso de Capacitação Profissional (CCP) são:

- Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS – nível avançado: CP RPPS DIRIG III;
- Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal – nível intermediário: CP RPPS CODEF II; e
- Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS – nível avançado: CP RPPS CGINV III

7.3 As certificações concedidas pela complementação de curso para exercício conjunto de Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS e Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS são:

- Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS – nível avançado: CP RPPS DIRIG III; e
- Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS – nível avançado: CP RPPS CGINV III

7.4 As certificações concedidas pelo Curso de Atualização Profissional (CAP) são:

- Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS;
- Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; e
- Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS

8. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

8.1 Os conteúdos programáticos de cada curso estarão disponíveis em anexo a este edital e contemplarão as competências técnicas exigidas para o exercício das funções certificadas conforme estabelecido na a versão 1.5 do Manual de Certificação Profissional dos RPPS.

8.2 O conteúdo programático do Curso de Capacitação Profissional (CCP) contemplará:

- Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS – nível avançado: anexo I-A;
- Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal – nível intermediário: anexo I-B; e
- Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS – nível avançado: anexo I-C.

8.3 O conteúdo programático da complementação de curso para exercício conjunto de Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS e Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS contemplará:

- Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS – nível avançado: anexo II-A; e
- Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS – nível avançado: anexo II-B.

8.4 O conteúdo programático do Curso de Atualização Profissional (CAP) contemplará:

- Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS: anexo III-A;
- Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal: anexo III-B; e
- Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos do RPPS: anexo III-C.

9. DA METODOLOGIA DE ENSINO

9.1 As atividades didáticas serão compostas por vídeos interativos, fóruns, ensaios curtos, *quizzes*, glossário e materiais extras.

9.2 Para assegurar a carga horária prevista nos conteúdos programáticos, as horas-aula serão distribuídas entre vídeo-aulas gravadas e atividades supervisionadas, com controle automatizado de visualização e conclusão. Questões interativas inseridas nos vídeos garantirão a validação da aprendizagem.

9.3 O progresso do aluno será monitorado integralmente. A liberação de novos módulos dependerá da conclusão obrigatória das atividades do módulo anterior, assegurando rastreabilidade e conformidade com os critérios de aprendizagem.

9.4 O controle de frequência e progressão seguirá o tipo de atividade:

- *Quizzes*: exigem acerto mínimo de 50%, com registro de tentativas e desempenho;
- Leituras: a simples abertura do recurso registra a conclusão;
- Vídeos: requerem visualização integral, com questões interativas em momentos aleatórios. A ferramenta bloqueia avanço rápido ou pular trechos;

9.5 O curso será estruturado em módulos agrupados por áreas, cuja conclusão sequencial é indispensável para avançar. Todo o progresso acadêmico será registrado em relatórios detalhados, incluindo datas de conclusão, notas, tempo de permanência e visualização de conteúdos.

9.6 O profissional devidamente matriculado terá o prazo de 6 (seis) meses para conclusão do curso, assegurado o acesso a plataforma neste período.

10. DA CONCLUSÃO DO CURSO

10.1 O critério de avaliação para a conclusão do curso consiste no atendimento a todos os requisitos estabelecidos em cada módulo, incluindo fóruns, interações, *quizzes*, atividades e demais conteúdos avaliativos.

10.2 A aprovação será concedida mediante a obtenção de aproveitamento mínimo de 70% na soma ponderada de todas as notas.

11. DOS RECURSOS

11.1 O profissional que discordar das questões das atividades avaliativas, poderá no momento da conclusão apresentar recurso para análise da Certificadora.

11.2 Só será admitido recurso quanto aos enunciados, e suas respectivas opções de respostas.

11.3 Os recursos não poderão ser alterados, nem poderão ser interpostos recursos adicionais.

12. DA CONCESSÃO DE CERTIFICADOS

12.1 Com a conclusão da carga horária prevista para o curso, ao profissional que tenha obtido aproveitamento mínimo de 70%, será disponibilizada a emissão de certificado(s) digital(is) com QR code e sistema de verificação pública.

12.2 A validade dos certificados profissionais emitidos pela ABIPEM são de 4 (quatro) anos, a contar da data de emissão.

12.3 Ao aluno que cumprir todos os requisitos serão concedidos certificados intermediários, emitidos após a conclusão de cada módulo, com o objetivo de comprovar aprendizagens específicas. Esses certificados não possuem validade para fins de comprovação da certificação profissional.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Com a matrícula o aluno presume o inteiro conhecimento das regras contidas neste Regulamento e demais atos e normas regulamentares, importando a expressa aceitação das

normas e condições do Exame de Certificação.

13.2 A constatação de qualquer irregularidade poderá implicar em desclassificação imediata, cancelamento da matrícula ou invalidação da certificação emitida.

13.3 É expressamente vedado ao participante burlar o sistema de frequência, realizar atividades avaliativas em nome de terceiros ou permitir que outra pessoa se passe por ele durante as aulas.

13.4 Todos os dados pessoais coletados durante o processo de inscrição e realização dos cursos serão tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), sendo utilizados exclusivamente para fins educacionais e institucionais, com garantia de confidencialidade e segurança.

13.5 O descumprimento das regras e critérios estabelecidos neste edital, bem como a prática de condutas antiéticas, ilícitas ou incompatíveis com os objetivos dos cursos, poderá acarretar penalidades como advertência, desligamento do curso e perda do direito à certificação.

13.6 Os itens deste Regulamento poderão ser alterados, atualizados ou complementados. Quaisquer modificações serão publicadas em novo Regulamento ou em aviso específico divulgado na Internet, constituindo-se em parte integrante deste instrumento.

14. DA PROTEÇÃO DOS DADOS

14.1 A ABIPEM estabelece que todas as terminologias e expressões referentes a dados pessoais, desde o mero acesso, o armazenamento, o compartilhamento, ou uso a qualquer fim, serão observados a forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018 e/ou por outras leis e regulamentos subsequentes ou compatíveis que lhe venham a alterar ou complementar o teor.

14.2 A ABIPEM se compromete a garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas, e assume não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação, e ainda, não utilizar a documentação apresentada pelos profissionais para obtenção da certificação, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.

14.3 O tratamento de dados pessoais nos termos desse Regulamento possui por finalidade operacionalizar sua matrícula, organizar e realizar todas as etapas do curso de capacitação, dentre outras atividades relacionadas, observadas as bases legais válidas, legítimas e

adequadas conforme estabelecido no Aviso de Privacidade disponível em <https://www.abipemcertificadora.com.br>

14.4 O compartilhamento de dados pessoais poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: (i) cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, a exemplo de requisições por autoridades competentes (como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD); (ii) cumprimento de obrigações contratuais; (iii) internamente entre os colaboradores e áreas internas da ABIPEM e; (iv) prestadores de serviços e/ou fornecedores de infraestrutura tecnológica estritamente envolvidos nesta operação.

14.5 Os agentes de tratamento tomarão as medidas administrativas e tecnológicas razoáveis e apropriadas, garantindo os parâmetros de segurança previstos na LGPD para proteger os dados pessoais do(a) candidato(a).

14.6 Os dados pessoais serão eliminados quando atingidas as finalidades do tratamento, autorizadas as hipóteses de sua manutenção para o cumprimento deste Regulamento ou de outra previsão legal da LGPD.

14.7 Ademais do quanto já expresso acerca da observância da Lei Geral de Proteção de Dados, temos as seguintes políticas em efeito: (i) criptografia de dados (SSL); (ii) backup automático e redundância de servidores; (iii) controle de acessos por perfil; (iv) proteção contra *scraping* e download de conteúdo; e (v) relatórios de integridade periódicos.

15. DO CONTATO COM A ABIPEM CERTIFICADORA

15.1 Em caso de dúvidas, necessidade de informações adicionais, problemas técnicos na plataforma, questões operacionais, ou dificuldades relacionadas a matrículas e pagamentos, os alunos deverão entrar em contato com a ABIPEM Certificadora pelos seguintes contatos oficiais:

- E-mail: certificacao@abipem.org.br
- Telefone/WhatsApp: (61) 3033-6442

ANEXO I-A

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CURSO DE CAPACITAÇÃO DE DIRIGENTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS – NÍVEL AVANÇADO:

1. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
 - 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF;
 - 1.2 Administração direta e indireta;
 - 1.3 Ato administrativo:
 - 1.3.1. Conceito;
 - 1.3.2. Requisito;
 - 1.3.3. Elementos e atributos;
 - 1.3.4. Discricionariedade;
 - 1.3.5. Vinculação;
 - 1.3.6. Classificação e espécies;
 - 1.3.7. Extinção;
 - 1.3.8. Prescrição;
 - 1.4. Poderes, deveres e prerrogativas;
 - 1.5. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – arts. 28 e 89 ao 95;
 - 1.6. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32;
 - 1.7. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – arts. 1º ao 14;
 - 1.8. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal).
2. **SEGURIDADE SOCIAL**
 - 2.1 Constituição Federal (CF/1988) – art. 194;
 - 2.2 Previdência Social: conceito;
 - 2.3 Regimes de Previdência:
 - 2.3.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201 da CF/1988;
 - 2.3.2 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – art. 40 da CF/1988;
 - 2.3.3 Regime de Previdência Privada Complementar (RPC) – art. 202 da CF/1988;
 - 2.4 Emenda Constitucional nº 103/2019 arts. 9 e 33.
3. **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS**
 - 3.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS;
 - 3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 3.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º;

- 3.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75;
- 3.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84;
- 3.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art 181.
- 4. **PLANO DE BENEFÍCIOS**
 - 4.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 4.1.1 Concessão de benefícios – art. 157;
 - 4.1.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158;
 - 4.1.3 Regras de acumulação de benefícios – art. 165;
 - 4.1.4 Disposições gerais sobre benefícios – capítulo VII, seção IV;
 - 4.1.5 Comprovação do tempo e da base de cálculo da contribuição capítulo IX.
- 5. **PLANO DE CUSTEIO**
 - 5.1 Portaria MPS nº 1.467/2022;
 - 5.1.1 Caráter Contributivo arts. 7 ao 10;
 - 5.1.2 Limites de contribuição – art. 11;
 - 5.1.3 Base de cálculo de contribuições – art. 12;
 - 5.1.4 Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17;
 - 5.1.5 Dação em pagamento – art. 187;
 - 5.1.6 Contribuição dos segurados cedidos, afastados e licenciados – capítulo III, seção V.
- 6. **GESTÃO ATUARIAL**
 - 6.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 6.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25;
 - 6.1.2 Avaliação atuarial anual – capítulo IV, seção I;
 - 6.1.3 Fluxos atuariais – capítulo IV, seção III;
 - 6.1.4 Regimes financeiros e métodos de financiamento – capítulo IV, seção V;
 - 6.1.5 Hipóteses atuariais – capítulo IV, seção VI;
 - 6.1.6 Base Cadastral – capítulo IV, seção VII;
 - 6.1.7 Apuração dos custos e compromissos – capítulo IV, seção VIII;
 - 6.1.8 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – capítulo IV, seção IX;
 - 6.1.9 Equacionamento do *déficit* atuarial – capítulo IV, seção X;
 - 6.1.10 Demonstração de viabilidade do plano de custeio – capítulo IV, seção XIV;
 - 6.1.11 Redução do plano de custeio – capítulo IV, seção XV;
 - 6.1.12 Relatório da Avaliação Atuarial – capítulo IV, seção XVI;

6.1.13 Acompanhamento atuarial capítulo IV seção XVII.

7 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

7.1 Legislação específica dos investimentos dos RPPS¹¹:

7.1.1 Resolução CMN nº 4.963/2021:

7.1.1.1 Da Alocação dos Recursos;

7.1.1.2 Da Política de Investimentos;

7.1.1.3 Do Segmento de Renda Fixa;

7.1.1.4 Do Segmento de Renda Variável;

7.1.1.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;

7.1.1.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;

7.1.1.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;

7.1.1.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;

7.1.1.9 Dos Limites Gerais;

7.1.1.10 Da Gestão;

7.1.1.11 Do Custodiante;

7.1.1.12 Das Outras Contratações;

7.1.1.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;

7.1.1.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras;

7.1.1.15 Dos Enquadramentos;

7.1.1.16 Das Vedações;

7.1.3 Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35:

7.1.1.17 Dos Investimentos dos Recursos;

7.1.1.18 Da Gestão da aplicação dos recursos;

7.1.1.19 Da Política de Investimentos;

7.1.1.20 Do Credenciamento de Instituições;

7.1.1.21 Das Alocações dos Recursos;

7.1.1.22 Da Avaliação e Monitoramento dos Riscos;

7.1.1.23 Da Categorização dos RPPS;

7.1.1.24 Das Aplicações em Títulos Públicos;

7.1.1.25 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;

7.1.1.26 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;

7.1.1.27 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;

7.2 Instrumentos de Renda Fixa:

7.2.1 Definição;

7.2.2 Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa:

7.2.2.1 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”;

7.2.2.2 Formas de remuneração – prefixada e pós-fixada e principais indicadores;

7.2.2.3 Formas de amortização e pagamento de juros;

7.2.2.4 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio);

7.2.2.5 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de *covenant*, ocorrência de *cross default*), aquisição facultativa e opção de compra (opção *call*): conceitos, diferenças e impactos do ponto de vista do investidor;

7.2.3 Principais instrumentos:

7.2.3.1 Títulos públicos;

7.2.3.2 LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F: conceitos e características;

7.2.3.3 Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão;

7.2.3.4 Tesouro Direto: conceito e características operacionais;

7.2.3.5 Títulos Privados Bancários:

7.2.3.6 Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características;

7.2.3.7 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características;

7.2.3.8 Títulos corporativos;

7.2.3.9 Debêntures: conceito e características;

7.2.3.10 Notas Promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro;

7.2.3.11 Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características;

7.2.3.12 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características;

7.2.3.13 Operações compromissadas: conceitos e características;

7.2.3.14 Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos;

7.2.3.15 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;

7.3 Instrumentos de Renda Variável:

7.3.1 Definição;

7.3.2 Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – *American Depositary Receipts* e BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*) e bônus de subscrição: conceitos e características;

7.3.3 Oferta primária e secundária: definições e distinção;

- 7.3.3 Derivativos;
- 7.3.4 Termo, Futuros, *Swaps* e Opções: características formais dos derivativos, formas de negociação e registros; custos e riscos para o investidor;
- 7.3.6 Negociação, Liquidação e Custódia;
- 7.3.7 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN–B, NTN–B Principal e NTN–F;
- 7.3.8 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (*Clearing* B3): conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor;
- 7.3.9 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB: conceito e finalidade;
- 7.4 **Fundos de Investimentos:**
 - 7.4.1 **Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral:**
 - 7.4.1.1 Características, constituição e comunicação;
 - 7.4.1.2 Definição de Fundos de Investimentos;
 - 7.4.1.3 Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM;
 - 7.4.1.3 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;
 - 7.4.1.3 Segregação patrimonial;
 - 7.4.1.4 Cotas;
 - 7.4.1.5 Classes abertas e fechadas;
 - 7.4.1.6 Emissão;
 - 7.4.1.7 Subscrição e integralização;
 - 7.4.1.8 Resgate e amortização;
 - 7.4.1.9 Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada;
 - 7.4.1.10 Distribuição;
 - 7.4.1.11 Investimento por conta e ordem;
 - 7.4.1.12 Participação política do Investidor por conta e ordem;
 - 7.4.1.13 Divulgação das Informações;
 - 7.4.1.14 Envio de comunicações aos cotistas;
 - 7.4.1.15 Divulgação de informações e resultados;
 - 7.4.1.16 Divulgação de cota e rentabilidade;
 - 7.4.1.17 Balancetes e demonstrações contábeis;
 - 7.4.1.18 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes;
 - 7.4.1.19 Fundos socioambientais;
 - 7.4.1.20 Assembleia de cotistas;
 - 7.4.1.21 Assembleias Gerais de cotistas;

- 7.4.1.22 Assembleias Especiais de cotistas.;
- 7.4.1.23 Prestação de serviços;
- 7.4.1.24 Serviços essenciais;
- 7.4.1.25 Funções do administrador;
- 7.4.1.26 Funções do gestor;
- 7.4.1.27 Negociação em ativos em mercados organizados;
- 7.4.1.28 Limites de composição e concentração da carteira;
- 7.4.1.29 Gestão de liquidez;
- 7.4.1.30 Direito de voto;
- 7.4.1.31 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito;
- 7.4.1.32 Constituição de conselhos consultivos e comitês;
- 7.4.1.33 Remuneração;
- 7.4.1.33 Taxa de Administração e Gestão;
- 7.4.1.34 Taxa de Ingresso;
- 7.4.1.35 Taxa de Saída;
- 7.4.1.36 Taxa Máxima de Distribuição;
- 7.4.1.37 Acordos de remuneração;
- 7.4.1.38 Vedações;
- 7.4.1.39 Obrigações;
- 7.4.1.40 Normas de conduta;
- 7.4.1.41 Carteira;
- 7.4.1.42 Classes restritas e previdenciárias;
- 7.4.1.43 Encargos;
- 7.4.1.44 Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade;
- 7.4.1.45 Responsabilidade limitada de cotistas;
- 7.4.1.46 Responsabilidade ilimitada de cotistas;
- 7.4.1.47 Patrimônio líquido negativo;
- 7.4.1.48 Insolvência da classe de cotas;

- 7.4.2 **Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022:**
 - 7.4.2.1 Prestação de serviços;
 - 7.4.2.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante;
 - 7.4.2.3 Disposições gerais;

- 7.4.2.4 Vedações;
- 7.4.2.5 Distribuição e subscrição;
- 7.4.2.6 Carteira;
- 7.4.2.7 Ativos financeiros no Brasil;
- 7.4.2.8 Ativos financeiros no exterior;
- 7.4.2.9 Limites por emissor;
- 7.4.2.10 Limites por modalidade de ativo financeiro;
- 7.4.2.11 Deveres quanto aos limites de concentração;
- 7.4.2.12 Tipificação;
- 7.4.2.13 Fundos de Renda Fixa;
- 7.4.2.14 Fundo de Ações;
- 7.4.2.15 Fundos Cambiais;
- 7.4.2.16 Fundos Multimercados;
- 7.4.2.17 Fundos Incentivados em Infraestrutura;
- 7.4.2.18 Fundos destinado à garantia de locação imobiliária;
- 7.4.2.19 Concentração em crédito privado;
- 7.4.2.20 Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro;
- 7.4.2.21 Exposição ao risco de capital;
- 7.4.2.22 Classes restritas;
- 7.4.2.23 Encargos;
- 7.4.2.24 Outros tipos de Fundos: características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022:
- 7.4.2.25 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC;
- 7.4.2.26 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;
- 7.4.2.27 Fundos de Investimento em Participações – FIP;
- 7.4.2.28 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; *Exchange Traded Funds* – ETFs e ETF ASG;
- 7.4.2.29 Fundos previdenciários.

8. **GESTÃO CONTÁBIL**

- 8.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III);
- 8.2 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX):
 - 8.2.1 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 ao 82);
 - 8.2.2 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106);

8.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos capítulo 4:

8.3.1 Item 4.1: introdução;

8.3.2 Item 4.2.1: aspectos gerais;

8.3.3 Item 4.2.2: aspectos legais;

8.3.4 Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais;

8.4 8.4 IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.

8. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

8.1 Normas da compensação previdenciária:

8.1.1 Lei nº 9.796/1999;

8.1.2 Decreto nº 10.188/2019;

8.1.3 Portaria MPS nº 1.400/2024:

8.1.3.1 Das disposições preliminares – capítulo I;

8.1.3.2 Do termo de adesão ao Comprev e contrato com a empresa de tecnologia – capítulo II;

8.1.3.3 Do tempo de contribuição – art. 10;

8.1.3.4 Do encaminhamento de requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27;

8.1.3.5 Da análise de requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46;

8.1.3.6 Do cálculo das parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58;

8.1.3.7 Da apuração de valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68;

8.1.3.8 Do pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78;

8.1.3.9 Da cessação e revisão – art. 79, 80 e 86;

8.1.3.10 Da compensação dos demais regimes e sistemas – arts. 87 e 88;

8.1.3.11 Das disposições finais e transitórias arts. 90 91 92 93 e 94.

9. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

10.1 Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS;

10.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – capítulo XI;

10.3 Manual do Pró-Gestão RPPS;

10.3.1 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS:

10.3.2 Objetivos;

10.3.3 Premissas;

10.3.4 Adesão voluntária;

10.3.5 Dimensões;

- 10.3.6 Níveis de aderência;
- 10.3.7 Temporalidade;
- 10.3.8 Regularidade previdenciária;
- 10.3.9 Manutenção e renovação da certificação;
- 10.4 Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo V, seção I;
- 10.5 ISP-RPPS Portaria MPS n 1.467/2022 capítulo XII.

11 **CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 11.1 Controle na Administração Pública: conceitos e objetivos;
- 11.2 Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros dos RPPS, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;
- 11.3 Auditoria Interna: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);
- 11.4 Ministério Público: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);
- 11.5 Tribunal de Contas: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);
- 11.6 Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98, art. 9º e Portaria MPS nº 1.467/2022, arts. 251 ao 255;
- 11.7 Sociedade: transparência pública e o controle social;
- 11.8 Regulação e supervisão dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 11.8.1 Competência: – arts. 239 e 240;
 - 11.8.2 Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;
 - 11.8.3 Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;
 - 11.8.4 Registro de situação no extrato previdenciário: capítulo XIII, seção IV;
 - 11.8.5 Fiscalização do RPPS – capítulo XIII, seção V;
 - 11.8.6 Processo Administrativo Previdenciário PAP: capítulo XIII, seção VI.

12 **RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES**

- 12.1 Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A;
- 12.2 Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal):
 - 12.2.1 Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária;
 - 12.2.2 Art. 299 – Falsidade Ideológica;
 - 12.2.3 Art. 312 – Peculato;
 - 12.2.4 Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações;
 - 12.2.5 Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;
 - 12.2.6 Art. 317 – Corrupção Passiva;
 - 12.2.7 Art. 319 – Prevaricação;

- 12.2.8 Art. 333 – Corrupção Ativa;
- 12.2.9 Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária;
- 12.3 Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):
 - 12.3.1 Art. 2º – Agente Público;
 - 12.3.2 Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
 - 12.3.3 Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
 - 12.3.4 Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- 12.4 Lei nº 9.613/1998:
 - 12.4.1 Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - 12.4.2 Art. 7º – Efeitos da condenação;
 - 12.4.3 Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle;
- 12.5 Lei Complementar n 64/1990 art. 1 inciso I (inelegibilidades).
- 13. GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE**
 - 13.1 Ética e integridade: conceitos;
 - 13.2 Gestão e governança: conceitos;
 - 13.3 Governança pública: conceito e princípios;
 - 13.4 Conflito de interesses: conceito;
 - 13.5 Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS;
 - 13.6 Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, ou órgãos equivalentes;
 - 13.7 Dever fiduciário dos dirigentes e conselheiros;
 - 13.8 Gestão de riscos: conceitos, importância da gestão de riscos, como fazer a gestão de riscos e ferramentas de gestão de riscos;
 - 13.9 Programa de *compliance*: conceito e benefícios.
- 14. GESTÃO DE PESSOAS**
 - 14.1 Regime jurídico do serviço público;
 - 14.2 Provimento;
 - 14.3 Nomeação;
 - 14.4 Remoção;
 - 14.5 Aproveitamento;
 - 14.6 Integração;
 - 14.7 Reversão;

- 14.8 Recondição;
- 14.9 Demissão;
- 14.10 Redistribuição;
- 14.12 Substituição;
- 14.13 Cargos, empregos públicos e funções de confiança;
- 14.14 Posse e exercício;
- 14.15 Vacância;
- 14.16 Exoneração;
- 14.17 Demissão;
- 14.18 Promoção;
- 14.19 Readaptação;
- 14.20 Aposentadoria;
- 14.21 Posse em outro cargo inacumulável;
- 14.22 Vencimentos e remuneração.

14.21 Agentes públicos: conceito, classificação (agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato

temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados)

15 **PLANEJAMENTO**

- 15.1 Instrumentos de planejamento orçamentário – art. 165 da CF/88;
- 15.2 Plano Plurianual – PPA: art. 165 da CF;
- 15.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: art. 165 da CF;
- 15.4 Lei Orçamentária Anual –LOA: art. 165 da CF;
- 15.5 Planejamento estratégico: conceito;
- 15.5 Lei n 4.320/1964: arts. 75 ao 82

ANEXO I-B

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL – NÍVEL INTERMEDIÁRIO

1. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
 - 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF;
 - 1.2 Agentes públicos: conceito e classificação de agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados;
 - 1.3 Regime jurídico do serviço público: conceitos de cargo público, posse, exercício, provimento, nomeação, promoção, aproveitamento, reintegração, readaptação, reversão, recondução, vacância, promoção, exoneração, aposentadoria, demissão, remoção, substituição;
 - 1.4 Noções de ciclo orçamentário: Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA (art. 165 da CF);
 - 1.5 Lei nº 14.133/2021 – arts. 28 e 89 ao 95;
 - 1.6 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32;
 - 1.7 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) arts. 1 ao 14.
2. **SEGURIDADE SOCIAL**
 - 2.1 Definição e Objetivos – art. 194, CF/88;
 - 2.2 Previdência Social. Conceito;
 - 2.3 Regimes de Previdência:
 - 2.3.1 Regime Geral de Previdência Social – RGPS – art. 201, CF/88;
 - 2.3.2 Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – art. 40, CF/88;
 - 2.3.3 Regime de Previdência Privada Complementar – RPPC – art. 202, CF/88;
 - 2.4 Emenda Constitucional nº 103/2019: art. 9 e art. 33
3. **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL–RPPS**
 - 3.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS;
 - 3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 3.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º;
 - 3.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75;
 - 3.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84;
 - 3.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181;
 - 3.3 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 3.3.1 Concessão de benefícios – art. 157
 - 3.3.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158
 - 3.3.3 Regras de acumulação de benefícios art 165

4. **GESTÃO CONTÁBIL**

- 4.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III);
- 4.2 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX):
 - 4.2.1 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts.75 ao 82);
 - 4.2.2 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106);
- 4.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, capítulo 4:
 - 4.3.1 Item 4.1: introdução;
 - 4.3.2 Item 4.2.1: aspectos gerais;
 - 4.3.3 Item 4.2.2: aspectos legais;
 - 4.3.4 Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais;
- 4.4 IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.

5. **PLANO DE CUSTEIO**

- 5.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 5.1.1 Caráter contributivo – arts. 7º ao 10;
 - 5.1.2 Limites de contribuição – art. 11;
 - 5.1.3 Base de cálculo de contribuições – art. 12;
 - 5.1.4 Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17;
 - 5.1.5 Dação em pagamento art 187

6. **GESTÃO ATUARIAL**

- 6.1 Portaria MPS nº 1.467/202:
 - 6.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25;
 - 6.1.2 Avaliação atuarial anual – art. 26;
 - 6.1.3 Base cadastral – art. 47;
 - 6.1.4 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – arts. 52 ao 54;
 - 6.1.5 Equacionamento do déficit atuarial – art. 55;
 - 6.1.6 Acompanhamento atuarial arts. 67 ao 70.

7. **GESTÃO DOS INVESTIMENTOS**

- 7.1 Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS.¹³
- 7.2 **Resolução CMN nº 4.963/2021:**
 - 7.2.1 Da Alocação dos Recursos;
 - 7.2.2 Da Política de Investimentos;

- 7.2.3 Do Segmento de Renda Fixa;
- 7.2.4 Do Segmento de Renda Variável;
- 7.2.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;
- 7.2.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;
- 7.2.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;
- 7.2.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;
- 7.2.9 Dos Limites Gerais;
- 7.2.10 Da Gestão;
- 7.2.11 Do Custodiante;
- 7.2.12 Das Outras Contratações;
- 7.2.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;
- 7.2.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras;
- 7.2.15 Dos Enquadramentos;
- 7.2.16 Das Vedações;
- 7.3 **Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35:**
 - 7.3.1 Dos Investimentos dos Recursos;
 - 7.3.2 Da Gestão da aplicação dos recursos;
 - 7.3.3 Da Política de Investimentos;
 - 7.3.4 Do Credenciamento de Instituições;
 - 7.3.5 Das Alocações dos Recursos;
 - 7.3.6 Da Avaliação e Monitoramento dos riscos;
 - 7.3.7 Da Categorização dos RPPS;
 - 7.3.8 Das Aplicações em Títulos Públicos;
 - 7.3.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;
 - 7.3.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;
 - 7.3.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;
 - 7.3.12 Do Segmento de Empréstimos Consignados;
- 7.4 **Instrumentos de renda fixa:**
 - 7.4.1 Definição;
 - 7.4.2 Principais conceitos e características de instrumentos de renda fixa:
 - 7.4.2.1 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”;
 - 7.4.2.2 Formas de remuneração – pré-fixada e pós-fixada e principais indicadores;

7.4.2.3 Formas de amortização e pagamento de juros;

7.4.2.4 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio);

7.4.2.5 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de *covenant*, ocorrência de *cross default*), aquisição facultativa e opção de compra (opção *call*): conceitos e diferenças e impactos do ponto de vista do investidor;

7.5 Principais instrumentos:

7.5.1 Títulos públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F);

7.5.2 Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão;

7.5.3 Tesouro Direto: conceitos e características operacionais;

7.5.4 Títulos Privados Bancários:

7.5.5 Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características;

7.5.6 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características;

7.5.7 Títulos corporativos;

7.5.8 Debêntures: conceitos e características;

7.5.9 Notas promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro;

7.5.10 Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características;

7.5.11 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características;

7.5.12 Operações compromissadas: conceitos e características;

7.5.13 Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos;

7.5.14 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;

7.6 Instrumentos de renda variável:

7.6.1 Definição;

7.6.2 Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – *American Depositary Receipts* e BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*) e bônus de subscrição: conceitos e características;

7.6.3 Oferta primária e secundária: definições e distinção;

7.6.4 Negociação, liquidação e custódia;

7.6.5 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F;

7.7 Fundos de Investimentos:

7.7.1 Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral:

7.7.2 Características, constituição e comunicação;

7.7.3 Definição de Fundos de Investimentos;

- 7.7.4 Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM;
- 7.7.5 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;
- 7.7.6 Segregação patrimonial;
- 7.7.7 Cotas;
- 7.7.8 Classes abertas e fechadas;
- 7.7.9 Emissão;
- 7.7.10 Subscrição e integralização;
- 7.7.11 Resgate e amortização;
- 7.7.12 Negociação com uso indevido de informação privilegiada;
- 7.7.13 Distribuição;
- 7.7.14 Investimento por conta e ordem;
- 7.7.15 Participação política do investidor por conta e ordem;
- 7.7.16 Divulgação das Informações;
- 7.7.17 Envio de comunicações aos cotistas;
- 7.7.18 Divulgação de informações e resultados;
- 7.7.19 Divulgação de cota e rentabilidade;
- 7.7.20 Balancetes e demonstrações contábeis;
- 7.7.21 Informações eventuais: atos ou fatos relevantes;
- 7.7.22 Fundos socioambientais;
- 7.7.23 Assembleia de cotistas;
- 7.7.24 Assembleias Gerais de cotistas;
- 7.7.25 Assembleias Especiais de cotistas;
- 7.7.26 Prestação de serviços;
- 7.7.27 Serviços essenciais;
- 7.7.28 Funções do Administrador;
- 7.7.29 Funções do Gestor;
- 7.7.30 Negociação em ativos em mercados organizados;
- 7.7.31 Limites de composição e concentração da carteira;
- 7.7.32 Gestão de liquidez;
- 7.7.33 Direito de voto;
- 7.7.34 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito;
- 7.7.35 Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês;

- 7.7.36 Remuneração;
- 7.7.37 Taxa de Administração e Gestão;
- 7.7.38 Taxa de Ingresso;
- 7.7.39 Taxa de Saída;
- 7.7.40 Taxa máxima de distribuição;
- 7.7.41 Acordos de remuneração;
- 7.7.42 Vedações;
- 7.7.43 Obrigações;
- 7.7.44 Normas de conduta;
- 7.7.45 Carteira;
- 7.7.46 Classes restritas e previdenciárias;
- 7.7.47 Encargos;
- 7.7.48 Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade;
- 7.7.49 Responsabilidade limitada de cotistas;
- 7.7.50 Responsabilidade ilimitada de cotistas;
- 7.7.51 Patrimônio líquido negativo;
- 7.7.52 Insolvência da classe de cotas;
- 7.8 **Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo I da Resolução CVM nº 175/2022:**
 - 7.8.1 Prestação de serviços;
 - 7.8.2 Obrigações do administrador, gestor e custodiante;
 - 7.8.3 Disposições gerais;
 - 7.8.4 Vedações;
 - 7.8.5 Distribuição e subscrição;
 - 7.8.6 Carteira;
 - 7.8.7 Ativos financeiros no Brasil;
 - 7.8.8 Ativos financeiros no exterior;
 - 7.8.9 Limites por emissor;
 - 7.8.10 Limites por modalidade de ativo financeiro;
 - 7.8.11 Deveres quanto aos limites de concentração;
 - 7.8.12 Tipificação;
 - 7.8.13 Fundos de renda fixa;
 - 7.8.14 Fundo de ações;

- 7.8.15 Fundos cambiais;
- 7.8.16 Fundos multimercados;
- 7.8.17 Fundos incentivados em infraestrutura;
- 7.8.18 Fundos destinados à garantia de locação imobiliária;
- 7.8.19 Concentração em crédito privado;
- 7.8.20 Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro;
- 7.8.21 Exposição ao risco de capital;
- 7.8.22 Classes restritas;
- 7.8.23 Encargos;
- 7.8.24 Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022;
- 7.8.25 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC;
- 7.8.26 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;
- 7.8.27 Fundos de Investimento em Participações – FIP;
- 7.8.28 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; *Exchange Traded Funds* – ETFs e ETF ASG);
- 7.8.29 Fundos previdenciários

8. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- 8.1 Normas da Compensação Previdenciária:
 - 8.1.1 Lei nº 9.796/1999;
 - 8.1.2 Decreto nº 10.188/2019;
 - 8.1.3 Portaria MPS nº 1.400/24:
 - 8.1.3.1 Das Disposições preliminares (capítulo I);
 - 8.1.3.2 Do termo de adesão ao Comprev e do contrato com a empresa de tecnologia (capítulo II);
 - 8.1.3.3 Do tempo de contribuição (art. 10);
 - 8.1.3.4 Do encaminhamento de requerimentos (arts. 14 ao 18, 20, 22, 24 ao 27);
 - 8.1.3.5 Da análise de requerimentos (arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46);
 - 8.1.3.6 Do cálculo das parcelas (arts. 47, 52, 53 e 58);
 - 8.1.3.7 Da apuração de valores (arts. 59, 62, 66, 67 e 68);
 - 8.1.3.8 Do pagamento (arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78);
 - 8.1.3.9 Da cessação e revisão (arts. 79, 80 e 86);
 - 8.1.3.10 Da compensação dos demais regimes e sistemas (arts. 87 e 88);
 - 8.1.3.11 Das disposições finais e transitórias (arts 90 91 92 93 e 94).

9 CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- 9.1 Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS
- 9.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XI);
- 9.3 Manual do Pró-Gestão RPPS:
 - 9.3.1 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS;
 - 9.3.2 Objetivos;
 - 9.3.3 Premissas;
 - 9.3.4 Adesão voluntária;
 - 9.3.5 Dimensões;
 - 9.3.6 Níveis de aderência;
 - 9.3.7 Temporalidade;
 - 9.3.8 Regularidade previdenciária;
 - 9.3.9 Manutenção e renovação da certificação;
- 9.4 Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo V, seção I);
- 9.5 ISP-RPPS Portaria MPS n 1.467/2022 (capítulo XII).

10 CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1 Controle na Administração Pública: conceito e objetivos;
- 10.2 Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;
- 10.3 Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;
- 10.4 Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;
- 10.5 Tribunal de Contas: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;
- 10.6 Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255;
- 10.7 Sociedade: transparência pública e o controle social;
- 10.8 Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022):
 - 10.8.1 Competência: arts. 239 e 240;
 - 10.8.2 Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;
 - 10.8.3 Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;
 - 10.8.4 Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V;
 - 10.8.5 Processo Administrativo Previdenciário PAP: capítulo XIII seção VI.

11 RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES

- 11.1 Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A;
- 11.2 Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal):
 - 11.2.1 Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária;
 - 11.2.2 Art. 299 – Falsidade Ideológica;
 - 11.2.3 Art. 312 – Peculato;
 - 11.2.4 Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações;
 - 11.2.5 Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;
 - 11.2.6 Art. 317 – Corrupção Passiva;
 - 11.2.7 Art. 319 – Prevaricação;
 - 11.2.8 Art. 333 – Corrupção Ativa;
 - 11.2.9 Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária;
- 11.3 Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa:
 - 11.3.1 Art. 2º – Agente Público;
 - 11.3.2 Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
 - 11.3.3 Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
 - 11.3.4 Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- 11.4 Lei nº 9.613/1998:
 - 11.4.1 Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - 11.4.2 Art. 7º – Efeitos da condenação;
 - 11.4.3 Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle.
- 11.5 Lei Complementar n 64/1990 art. 1 inciso I (inelegibilidades);
- 12 GESTÃO, GOVERNANÇA, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE**
 - 12.1 Ética e integridade: conceitos;
 - 12.2 Gestão e governança: conceitos;
 - 12.3 Governança pública: conceito e princípios;
 - 12.4 Conflito de interesses: conceito
 - 12.5 Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS.
 - 12.6 Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, ou órgãos equivalentes;
 - 12.7 Noções de Gestão de Riscos: conceitos; importância da gestão de riscos; como fazer a gestão de riscos; ferramentas de gestão de riscos;
 - 12.8 Programa de Compliance: conceitos.

ANEXO I-C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CURSO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

1 REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS

1.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS;

1.2 Portaria MPS nº 1.467/2022:

1.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º;

1.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75;

1.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84;

1.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181.

1.3 Portaria MPS nº 1.467/2022:

1.1.1 Concessão de benefícios – art. 157

1.1.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158;

1.1.3 Regras de acumulação de benefícios art. 165

2 GESTÃO ATUARIAL

2.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:

2.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25;

2.1.2 Avaliação atuarial anual – art. 26;

2.1.3 Base cadastral – art. 47;

2.1.4 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – arts. 52 ao 54;

2.1.5 Equacionamento do déficit atuarial – art. 55;

2.1.6 Acompanhamento atuarial arts. 67 ao 70.

3. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRI

3.1 Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS;

3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – capítulo XI;

3.3 Manual do Pró-Gestão RPPS:

3.3.1 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS;

3.3.2 Objetivos;

3.3.3 Premissas;

3.3.4 Adesão voluntária;

3.3.5 Dimensões;

3.3.6 Níveis de aderência;

3.3.7 Temporalidade;

3.3.8 Regularidade previdenciária;

3.3.9 Manutenção e renovação da certificação;

3.4 Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitê de Investimentos – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo V, seção I);

3.5 ISP–RPPS Portaria MPS n 1.467/2022 capítulo XII.

4. **CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO**

4.1 Controle na Administração Pública: conceito e objetivos;

4.2 Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros dos RPPS, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;

4.3 Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;

4.4 Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;

4.5 Tribunal de Contas: LC n 101/2000 (LRF) art. 59;

4.6 Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255;

4.7 Sociedade: transparência pública e o controle social;

4.8 Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022):

4.8.1 Competência: arts. 239 e 240;

4.8.2 Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;

4.8.3 Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;

4.8.4 Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V;

4.8.5 Processo Administrativo Previdenciário PAP: capítulo XIII seção VI.

5. **COMPLIANCE E ÉTICA**

5.1 Risco de imagem (reputação) e risco legal (não cumprimento da legislação/regulamentação): implicações de não observância dos princípios e regras de compliance legal e ética;

5.2 Prevenção contra a Lavagem de Dinheiro;

5.3 Quem está sujeito à lei e à regulamentação: abrangência, amplitude e responsabilidades dos profissionais e das instituições financeiras e não- financeiras (Lei nº 9.613/1998, capítulo V, art. 9º da Resolução CVM nº 50, capítulo I e Circulares Bacen nºs. 3.858/2017, capítulo I e 3.978/2020, capítulo I);

5.4 Ética na venda;

5.5 Venda casada: conceito;

5.6 Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco.

6. **NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA**

6.1 Sistema Financeiro Nacional e participantes do mercado;

6.1.1 Atribuições dos órgãos de regulação e fiscalização: Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

6.1.2 Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais e Bancos de Investimento;

6.1.3 Outros intermediários: Sociedades Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;

6.1.4 B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão;

6.2 Conceitos Básicos de Economia;

6.2.1 Indicadores econômicos (definição): PIB – Produto Interno Bruto, índices de inflação (IPCA e IGP–M), taxa de câmbio (PTAX), taxa SELIC, taxa DI e TR – Taxa Referencial;

6.2.2 Política Fiscal: necessidade de financiamento do setor público, implicações sobre a dívida pública;

6.2.3 Política Cambial: cupom cambial, reservas internacionais, regime de taxa de câmbio (relações e conceitos);

6.2.4 Contas Externas: Balança Comercial, Transações Correntes, Conta de Capital (conceitos)

7. **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS**

7.1 Resolução CMN n 4.963/2021:

7.1.1 Da Alocação dos Recursos;

7.1.2 Da Política de Investimentos;

7.1.3 Do Segmento de Renda Fixa;

7.1.4 Do Segmento de Renda Variável;

7.1.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;

7.1.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;

7.1.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;

7.1.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;

7.1.9 Dos Limites Gerais;

7.1.10 Da Gestão;

7.1.11 Do Custodiante;

7.1.12 Das Outras Contratações;

7.1.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;

7.1.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras;

7.1.15 Dos Enquadramentos;

7.1.16 Das Vedações;

7.2 Portaria MPS n° 1.467/2022 (arts. 86 ao 156) e Anexo VIII (arts. 1° ao 35):

7.2.1 Dos Investimentos dos Recursos;

7.2.2 Da Gestão da aplicação dos recursos;

- 7.2.3 Da Política de Investimentos;
- 7.2.4 Do Credenciamento de Instituições;
- 7.2.5 Das Alocações dos Recursos;
- 7.2.6 Da Avaliação e Monitoramento dos riscos;
- 7.2.7 Da Categorização dos RPPS;
- 7.2.8 Das Aplicações em Títulos Públicos;
- 7.2.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;
- 7.2.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;
- 7.2.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;
- 7.2.12 Do Segmento de Empréstimos Consignados.

8. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS

8.1 Instrumentos de Renda Fixa:

8.1.1 Formação das Taxas de Juros no Brasil:

8.1.1.1 A Influência das Taxas de Juros nas Empresas e no Governo;

8.1.1.2 A Política Monetária, seus instrumentos e o Comitê de Política Monetária (COPOM);

8.1.1.3 Investimentos e Cenários: relação entre os cenários econômicos e as taxas de juros;

8.1.2 Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação;

8.1.3 Principais características de Títulos Públicos e Privados:

8.1.3.1 Precificação de Títulos Públicos e Privados;

8.1.3.2 Preço de Mercado: Ágio e Deságio;

8.1.3.3 Retorno do investimento;

8.1.4 Indicadores de Renda Fixa:

8.1.4.1 Índice de Mercado ANBIMA – (IMA–B, IRF–M e IMA–S);

8.1.4.2 IDkA – Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA);

8.1.5 Estrutura Temporal das Taxas de Juros:

8.1.5.1 Projeção da curva de Juros Prefixada;

8.1.5.2 Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro);

8.1.5.3 Projeção da curva de Cupom de IGP–M e IPCA;

8.1.6 Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões de Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário;

8.1.7 Tesouro Direto. Conceito e características operacionais;

8.1.8 Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno:

- 8.1.8.1 Letras do Tesouro Nacional (LTN);
- 8.1.8.2 Letras Financeiras do Tesouro (LFT);
- 8.1.8.3 Notas do Tesouro Nacional (NTN-B; NTN-B Principal e NTN-F);
- 8.1.8.4 Tesouro Renda+ (título do Tesouro Direto);
- 8.1.8.5 Tesouro Educa+ (título do Tesouro Direto);
- 8.1.9 Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional:
 - 8.1.9.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB);
 - 8.1.9.2 Recibo de Depósito Bancário (RDB);
 - 8.1.9.3 Depósito Interfinanceiro (DI);
 - 8.1.9.4 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE);
 - 8.1.9.5 Notas Promissórias (NP);
 - 8.1.9.6 Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011);
 - 8.1.9.7 Securitização de Recebíveis;
 - 8.1.9.8 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI), Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Letra Imobiliária Garantida (LIG);
 - 8.1.9.9 Títulos do segmento agrícola: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Cédula de Produtor Rural – CPR;
 - 8.1.9.10 Títulos do segmento ASG;
 - 8.1.9.11 Títulos Verdes (*Green Bonds*);
 - 8.1.9.12 Títulos Sociais (*Social Bonds*);
 - 8.1.9.13 Títulos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);
 - 8.1.9.14 Títulos de Transição (Climática);
- 8.1.10 Letra Financeira (LF);
- 8.1.11 Letra de Câmbio (LC);
- 8.1.12 Operações compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras;
- 8.1.13 Renda Fixa Internacional;
- 8.1.14 Taxas de Câmbio: Relações de Paridade entre as Moedas;
- 8.1.15 Transferência Internacional de Recursos;
- 8.1.16 Principais títulos emitidos pelo Tesouro Norte-Americano: *Treasury Bills*, *Treasury Notes*, *Treasury Bonds*, e *TIPS – Treasury Inflation-Protected Securities*;
- 8.1.17 Títulos Brasileiros no Mercado Internacional: *Global Bonds* e *Eurobonds*;
- 8.1.18 8.1.11.5 Outros títulos: *Certificates of Deposit* (CD) e *Commercial Papers*(CP);
- 8.1.19 *Repos* (*Repurchase Agreements*);

8.1.20 Os Riscos em aplicações de Renda Fixa:

8.1.20.1 Risco de Crédito;

8.1.20.2 Definição de solvência e inadimplência;

8.1.20.3 Mensuração do risco de crédito;

8.1.20.4 *Spread* de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços);

8.1.20.5 Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa);

8.1.20.6 *Ratings* e sua influência sobre preços dos ativos;

8.1.20.7 Risco Operacional;

8.1.20.8 Risco de Mercado;

8.1.20.9 Risco de Liquidez;

8.1.20.10 Risco País;

8.1.20.11 Risco Cambial;

8.1.21 Análise de Títulos de Renda Fixa:

8.1.21.1 *Yield to Maturity, Current Yield e Coupon Rate*;

8.1.21.2 Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços;

8.1.21.3 *Duration* de Macaulay e *Duration* Modificada;

8.1.22 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;

8.2 Renda Variável:

8.2.1 Ações: Tipos, Classes e Espécies. Certificado de Depósito de Ações (UNITS);

8.2.2 BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*;

8.2.3 Patrocinados e não patrocinados;

8.2.4. Riscos no Mercado Acionário;

8.2.5 Risco de Mercado (Volatilidade);

8.2.6 Risco de Liquidez;

8.2.7 Mercado de Ações;

8.2.8 Mercado Primário e Mercado Secundário: principais conceitos e funções econômicas; características e formas de negociação;

8.3 Derivativos:

8.3.1 Conceitos Gerais de Derivativos;

8.3.2 Formas de utilização dos Contratos Derivativos. Principais estratégias, os riscos e suas utilizações;

8.3.3 Especulação;

8.3.4 Arbitragem;

- 8.3.5 Hedge;
- 8.4 Negociação, Liquidação e Custódia;
 - 8.4.1 Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F;
 - 8.4.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Clearing B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor;
 - 8.4.3 Sistema de Pagamento Brasileiro SPB. Conceito e finalidade
- 9. **FUNDOS DE INVESTIMENTOS**
 - 9.1 Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral:
 - 9.1.1 Características, Constituição e Comunicação;
 - 9.1.2 Definição de Fundos de Investimentos;
 - 9.1.3 Conceitos de Condomínio, Constituição e Registro na CVM;
 - 9.1.4 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;
 - 9.1.5 Segregação Patrimonial;
 - 9.1.6 Cotas;
 - 9.1.7 Classes abertas e fechadas;
 - 9.1.8 Emissão;
 - 9.1.9 Subscrição e Integralização;
 - 9.1.10 Resgate e Amortização;
 - 9.1.11 Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada;
 - 9.1.12 Distribuição;
 - 9.1.13 Investimento por conta e ordem;
 - 9.1.14 Participação política do Investidor por Conta e Ordem;
 - 9.1.15 Divulgação das Informações;
 - 9.1.16 Envio de comunicações aos cotistas;
 - 9.1.17 Divulgação de informações e Resultados;
 - 9.1.18 Divulgação de cota e rentabilidade;
 - 9.1.19 Balancetes e demonstrações contábeis;
 - 9.1.20 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes;
 - 9.1.21 Fundos Socioambientais;
 - 9.1.22 Assembleia de Cotistas;
 - 9.1.23 Assembleias Gerais de cotistas;
 - 9.1.24 Assembleias Especiais de cotistas;

- 9.1.25 Prestação de Serviços;
- 9.1.26 Serviços Essenciais;
- 9.1.27 Funções do Administrador;
- 9.1.28 Funções do Gestor;
- 9.1.29 Negociação em ativos em Mercados Organizados;
- 9.1.30 Limites de Composição e Concentração da Carteira;
- 9.1.31 Gestão de Liquidez;
- 9.1.32 Direito de Voto;
- 9.1.33 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito;
- 9.1.34 Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês;
- 9.1.35 Remuneração;
- 9.1.36 Taxa de Administração e Gestão;
- 9.1.37 Taxa de Ingresso;
- 9.1.38 Taxa de Saída;
- 9.1.39 Taxa Máxima de distribuição;
- 9.1.40 Acordos de Remuneração;
- 9.1.41 Vedações;
- 9.1.42 Obrigações;
- 9.1.43 Normas de Conduta;
- 9.1.44 Carteira;
- 9.1.45 Classes Restritas e Previdenciárias;
- 9.1.46 Encargos;
- 9.1.47 Patrimônio Líquido Negativo com limitação de Responsabilidade;
- 9.1.48 Responsabilidade limitada de cotistas;
- 9.1.49 Responsabilidade ilimitada de cotistas;
- 9.1.50 Patrimônio Líquido negativo;
- 9.1.51 Insolvência da classe de cotas;
- 9.2 Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022:
 - 9.2.1 Prestação de Serviços;
 - 9.2.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante;
 - 9.2.3 Disposições Gerais;
 - 9.2.4 Vedações;

- 9.2.5 Distribuição e Subscrição;
- 9.2.6 Carteira;
- 9.2.7 Ativos Financeiros no Brasil;
- 9.2.8 Ativos Financeiros no Exterior;
- 9.2.9 Limites por Emissor;
- 9.2.10 Limites por Modalidade de Ativo Financeiro;
- 9.2.11 Deveres quanto aos Limites de Concentração;
- 9.2.12 Tipificação;
- 9.2.13 Fundos de Renda Fixa;
- 9.2.14 Fundo de Ações;
- 9.2.15 Fundos Cambiais;
- 9.2.16 Fundos Multimercados;
- 9.2.17 Fundos Incentivados em Infraestrutura;
- 9.2.18 Fundos Destinado à Garantia de Locação Imobiliária;
- 9.2.19 Concentração em Crédito Privado;
- 9.2.20 Investimentos em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro;
- 9.2.21 Exposição ao Risco de Capital;
- 9.2.22 Classes Restritas;
- 9.2.23 Encargos;
- 9.3 Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI, da Resolução CVM nº 175/2022:
 - 9.3.1 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC;
 - 9.3.2 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;
 - 9.3.3 Fundos de Investimento em Participações – FIP;
 - 9.3.4 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs – Exchange Traded Funds e ETF ASG);
 - 9.3.5 Fundos Previdenciários.
- 10 **CONHECIMENTO BÁSICOS DE FINANÇAS**
 - 10.1 Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa;
 - 10.2 Regime de Capitalização Simples;
 - 10.3 Proporcionalidade de Taxas;
 - 10.4 Regime de Capitalização Composto;
 - 10.5 Equivalência de Taxas;

- 10.6 Regime de Capitalização Contínuo;
- 10.7 Desconto Bancário ou “por fora”;
- 10.8 Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher;
- 10.9 Séries Uniformes de Pagamentos;
- 10.10 Séries Uniformes Antecipadas;
- 10.11 Séries Uniformes Postecipadas;
- 10.12 Perpetuidade;
- 10.13 Valor Futuro (ou montante) de uma Série Uniforme de Pagamentos;
- 10.14 Sistemas de amortização: Conceitos e definições da Tabela SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela Price e SAA (Sistema de Amortização Americano);
- 10.15 Métodos de Análise de Investimentos;
- 10.16 Taxa Mínima de Atratividade;
- 10.17 Custo de Oportunidade;
- 10.18 Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa interna de retorno Modificada; Risco de Reinvestimento;
- 10.19 Valor Presente Líquido (VPL).
- 11 **TEORIA MODERNA DAS CARTEIRAS**
- 11.1 Teoria da utilidade esperada:
 - 11.1.1 Definição de risco e retorno;
 - 11.1.2 Dominância estocástica;
 - 11.1.3 Formato das curvas de utilidade esperada;
 - 11.1.4 Saciabilidade;
 - 11.1.5 Aversão ao risco;
 - 11.1.6 Neutralidade ao risco;
 - 11.1.7 Propensão ao risco;
- 11.2 Fronteira eficiente:
 - 11.2.1 Diversificação, risco e retorno;
 - 11.2.2 Risco e retorno de uma carteira com dois ou três ativos;
 - 11.2.3 A curva envoltória;
 - 11.2.4 Carteira de variância mínima;
 - 11.2.5 Construção da fronteira eficiente;
 - 11.2.6 Escolha da carteira ótima;
- 11.3 A introdução do ativo livre de risco:
 - 11.3.1 O Teorema da Separação;

11.3.2 A Linha de Mercado de Capitais (*Capital Market Line*);

11.3.3 Efeito da alavancagem;

11.3.4 Relaxamento das hipóteses;

11.3.5 Ausência de custos de transação e impostos;

11.3.6 Possibilidade de vendas a descoberto;

11.3.7 Financiamento à taxa sem risco;

11.3.8 Homogeneidade das expectativas.

11.4 Risco sistemático e não-sistemático:

11.3.1 Risco sistemático;

11.3.2 Risco não-sistemático;

11.3.3 Efeito da diversificação;

11.3.4 Beta e a reta característica;

11.3.5 Beta e risco sistemático;

11.3.6 Reta característica de um ativo.

12 ALOCAÇÃO DE ATIVOS

12.1 Estratégias básicas de alocação de ativos:

12.1.1 Ativa, passiva e semiativa;

12.1.2 Objetivos a serem atingidos;

12.1.3 O papel dos índices;

12.1.4 Classificação e características das estratégias em mercado de renda fixa e variável;

12.1.5 Riscos incorridos nas diferentes estratégias;

12.2 *Asset Allocation*:

12.2.1 Objetivos e características do *Asset Allocation*;

12.2.2 Objetivos de risco e retorno no processo de *Asset Allocation*;

12.2.3 Características e diferenças entre alocação estratégica e tática;

12.2.4 Processo de seleção de classes de ativos;

12.2.5 Diferenças entre alocação dinâmica e estática;

12.2.6 O processo de construção de *Asset Allocatio* .

12 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

12.1 Medição de Desempenho (*Performance Measurement*);

12.2 Cálculo de retorno sem fluxos externos;

12.3 Cálculo de retorno com fluxos externos;

- 12.4 Taxa de retorno total;
- 12.5 Taxa de retorno ponderada pelo tempo (*time-weighted rate of return*);
- 12.6 Taxa de retorno ponderada pelo dinheiro (*money-weighted rate of return*);
- 12.7 Anualização de retornos;
- 12.8 Atribuição de Desempenho (*Performance Attribution*);
- 12.9 Índices de referência (*benchmarks*);
- 12.10 Conceito e propriedades de um índice de referência válido;
- 12.11 Tipos de índices de referência;
- 12.12 Testes de qualidade de um índice de referência;
- 12.13 Atribuição Macro: visão geral, insumos e análise;
- 12.14 Atribuição Micro: visão geral e modelo de fatores fundamentais;
- 12.15 Atribuição de desempenho em renda fixa;
- 12.16 Avaliação de Desempenho (*Performance Appraisal*);
- 12.17 Medidas de avaliação de desempenho ajustadas ao risco;
- 12.18 Alfa de *Jensen*;
- 12.19 Razão de *Treynor*;
- 12.20 Índice de *Sharpe*;
- 12.21 *Information Ratio e Tracking Error*;
- 12.22 Índice M2
- 13 **GESTÃO DE RISCO**
- 13.1 Fundamentos de gestão de risco;
- 13.2 O papel da gestão de risco;
- 13.3 Tipos de risco e ferramentas básicas de gestão;
- 13.4 Medidas de desempenho ajustada ao risco;
- 13.5 Gestão integrada de risco;
- 13.6 Funcionamento de uma área de gestão de riscos: objetivos, controles e validação de modelos (*backtesting*);
- 13.7 Medidas de Risco de Mercado;
- 13.8 Volatilidade;
- 13.9 Variância e desvio padrão;
- 13.10 Beta;
- 13.11 *Value-at-Risk (VaR)*;
- 13.12 Analítico ou paramétrico;

- 13.13 Histórico;
- 13.14 Definição Monte Carlo;
- 13.15 Vantagens e limitações;
- 13.16 *Benchmark* VaR;
- 13.17 Riscos associados a títulos de renda fixa;
- 13.18 Risco de taxa de juros;
- 13.19 Mensuração de risco de taxa de juros;
- 13.20 Análise de cenário;
- 13.21 Duration: *Macaulay*, *Modificada* e *Effective*;
- 13.22 Convexidade;
- 13.23 Risco da Curva de Juros;
- 13.24 Risco de Resgate Antecipado;
- 13.25 Risco de Reinvestimento;
- 13.26 Risco de Crédito;
- 13.27 Risco de Liquidez;
- 13.28 Risco de Câmbio;
- 13.29 Risco de Inflação;
- 13.30 Risco de Volatilidade;
- 13.31 Risco de Evento;
- 13.32 Risco Soberano;
- 13.33 Gestão de investimentos e gestão de risco;
- 13.34 Construção de carteiras;
- 13.35 VaR da carteira e de seus componentes;
- 13.36 Orçamento de risco;
- 13.37 Monitoramento de risco e medição de desempenho;
- 13.38 *Stress testing* e análise de cenários;
- 13.39 Risco de liquidez.

ANEXO II-A

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA COMPLEMENTAÇÃO DE CURSO PARA O EXERCÍCIO CONJUNTO DE DIRIGENTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS E RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS (conteúdo para a certificação do Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos)

1. **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
 - 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF;
 - 1.2. Administração direta e indireta;
 - 1.3. Ato administrativo:
 - 1.3.1. Conceito;
 - 1.3.2. Requisito;
 - 1.3.3. Elementos e atributos;
 - 1.3.4. Discricionariedade;
 - 1.3.5. Vinculação;
 - 1.3.6. Classificação e espécies;
 - 1.3.7. Extinção;
 - 1.3.8. Prescrição;
 - 1.4. Poderes, deveres e prerrogativas;
 - 1.5. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – arts. 28 e 89 ao 95;
 - 1.6. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32;
 - 1.7. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – arts. 1º ao 14;
 - 1.8. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal).
2. **SEGURIDADE SOCIAL**
 - 2.1 Constituição Federal (CF/1988) – art. 194;
 - 2.2. Previdência Social: conceito;
 - 2.3. Regimes de Previdência:
 - 2.3.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201 da CF/1988;
 - 2.3.2 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – art. 40 da CF/1988;
 - 2.3.3 Regime de Previdência Privada Complementar (RPC) – art. 202 da CF/1988;
 - 2.4 Emenda Constitucional nº 103/2019 – arts. 9º e 33.
4. **PLANO DE BENEFÍCIOS**
 - 4.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 4.1.1 Concessão de benefícios – art. 157;

- 4.1.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158;
- 4.1.3 Regras de acumulação de benefícios – art. 165;
- 4.1.4 Disposições gerais sobre benefícios – capítulo VII, seção IV;
- 4.1.5 Comprovação do tempo e da base de cálculo da contribuição – capítulo IX.

5. PLANO DE CUSTEIO

- 5.1 Portaria MPS nº 1.467/2022;
- 6. Caráter Contributivo – arts. 7º ao 10;
 - 5.1.2 Limites de contribuição – art. 11;
 - 5.1.3 Base de cálculo de contribuições – art. 12;
 - 5.1.4 Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17;
 - 5.1.5 Dação em pagamento – art. 187;
 - 5.1.6 Contribuição dos segurados cedidos, afastados e licenciados – capítulo III, seção V.

7 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

- 7.1 Legislação específica dos investimentos dos RPPS¹¹:
 - 7.1.1 **Resolução CMN nº 4.963/2021:**
 - 7.1.1.1 Da Alocação dos Recursos;
 - 7.1.1.2 Da Política de Investimentos;
 - 7.1.1.3 Do Segmento de Renda Fixa;
 - 7.1.1.4 Do Segmento de Renda Variável;
 - 7.1.1.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;
 - 7.1.1.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;
 - 7.1.1.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;
 - 7.1.1.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;
 - 7.1.1.9 Dos Limites Gerais; 7.1.1.10 Da Gestão;
 - 7.1.1.11 Do Custodiante; 7.1.1.12 Das Outras Contratações;
 - 7.1.1.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;
 - 7.1.1.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras; 7.1.1.15 Dos Enquadramentos;
 - 7.1.1.16 Das Vedações;
 - 7.1.3 **Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35:**
 - 7.1.1.17 Dos Investimentos dos Recursos;
 - 7.1.1.18 Da Gestão da aplicação dos recursos;
 - 7.1.1.19 Da Política de Investimentos;

7.1.1.20 Do Credenciamento de Instituições; 7.1.1.21 Das Alocações dos Recursos;

7.1.1.22 Da Avaliação e Monitoramento dos Riscos;

7.1.1.23 Da Categorização dos RPPS; 7.1.1.24 Das Aplicações em Títulos Públicos;

7.1.1.25 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;

7.1.1.26 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos; 7.1.1.27 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;

7.2 Instrumentos de Renda Fixa:

7.2.1 Definição;

7.2.2 Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa:

7.2.2.1 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”;

7.2.2.2 Formas de remuneração – prefixada e pós-fixada e principais indicadores;

7.2.2.3 Formas de amortização e pagamento de juros;

7.2.2.4 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio);

7.2.2.5 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de *covenant*, ocorrência de *cross default*), aquisição facultativa e opção de compra (opção *call*): conceitos, diferenças e impactos do ponto de vista do investidor;

7.2.3 Principais instrumentos:

7.2.3.1 Títulos públicos;

7.2.3.2 LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F: conceitos e características;

7.2.3.3 Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão;

7.2.3.4 Tesouro Direto: conceito e características operacionais;

7.2.3.5 Títulos Privados Bancários:

7.2.3.6 Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características;

7.2.3.7 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características;

7.2.3.8 Títulos corporativos;

7.2.3.9 Debêntures: conceito e características;

7.2.3.10 Notas Promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro;

7.2.3.11 Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características;

7.2.3.12 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características

7.2.3.13 Operações compromissadas: conceitos e características;

7.2.3.14 Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos;

7.2.3.15 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;

7.3 Instrumentos de Renda Variável:

7.3.1 Definição;

7.4.2 Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – *American Depositary Receipts* e BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*) e bônus de subscrição: conceitos e características;

7.3.2 Oferta primária e secundária: definições e distinção;

7.3.3 Derivativos;

7.3.4 Termo, Futuros, *Swaps* e Opções: características formais dos derivativos, formas de negociação e registros; custos e riscos para o investidor;

7.3.6 Negociação, Liquidação e Custódia;

7.3.7 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN–B, NTN–B Principal e NTN– F;

7.3.8 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (*Clearing* B3): conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor;

7.3.9 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB: conceito e finalidade;

7.4 Fundos de Investimentos:

7.4.1 Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral:

7.4.1.1 Características, constituição e comunicação;

7.4.1.2 Definição de Fundos de Investimentos;

7.4.1.3 Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM;

7.4.1.3 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;

7.4.1.3 Segregação patrimonial;

7.4.1.4 Cotas;

7.4.1.5 Classes abertas e fechadas;

7.4.1.6 Emissão;

7.4.1.7 Subscrição e integralização;

7.4.1.8 Resgate e amortização;

7.4.1.9 Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada; 7.4.1.10 Distribuição;

7.4.1.11 Investimento por conta e ordem;

7.4.1.12 Participação política do Investidor por conta e ordem; 7.4.1.13 Divulgação das Informações;

7.4.1.14 Envio de comunicações aos cotistas; 7.4.1.15 Divulgação de informações e resultados;

7.4.1.16 Divulgação de cota e rentabilidade; 7.4.1.17 Balancetes e demonstrações contábeis;

7.4.1.18 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes; 7.4.1.19 Fundos socioambientais; 7.4.1.20 Assembleia de cotistas; 7.4.1.21 Assembleias Gerais

de cotistas; 7.4.1.22Assembleias Especiais de cotistas.; 7.4.1.23Prestação de serviços; 7.4.1.24Serviços essenciais; 7.4.1.25Funções do administrador; 7.4.1.26Funções do gestor;

7.4.1.27Negociação em ativos em mercados organizados; 7.4.1.28Limites de composição e concentração da carteira; 7.4.1.29Gestão de liquidez; 7.4.1.30Direito de voto;

7.4.1.31Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; 7.4.1.32Constituição de conselhos consultivos e comitês; 7.4.1.33Remuneração;

7.4.1.33 Taxa de Administração e Gestão; 7.4.1.34 Taxa de Ingresso;

7.4.1.35 Taxa de Saída;

7.4.1.36 Taxa Máxima de Distribuição;

7.4.1.37 Acordos de remuneração;

7.4.1.38 Vedações; 7.4.1.39Obrigações; 7.4.1.40Normas de conduta; 7.4.1.41Carteira;

7.4.1.42Classes restritas e previdenciárias; 7.4.1.43Encargos; 7.4.1.44Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade;

7.4.1.45Responsabilidade limitada de cotistas; 7.4.1.46Responsabilidade ilimitada de cotistas;

7.4.1.47Patrimônio líquido negativo; 7.4.1.48Insolvência da classe de cotas;

7.4.2 Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022:

7.4.2.1 Prestação de serviços;

7.4.2.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante;

7.4.2.3 Disposições gerais;

7.4.2.4 Vedações;

7.4.2.5 Distribuição e subscrição;

7.4.2.6 Carteira;

7.4.2.7 Ativos financeiros no Brasil;

7.4.2.8 Ativos financeiros no exterior;

7.4.2.9 Limites por emissor;

7.4.2.10Limites por modalidade de ativo financeiro; 7.4.2.11Deveres quanto aos limites de concentração;

7.4.2.12Tipificação; 7.4.2.13Fundos de Renda Fixa; 7.4.2.14Fundo de

Ações; 7.4.2.15Fundos Cambiais; 7.4.2.16Fundos Multimercados;

7.4.2.17Fundos Incentivados em Infraestrutura; 7.4.2.18Fundos destinado à garantia de locação imobiliária;

7.4.2.19Concentração em crédito privado;

7.4.2.20Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro; 7.4.2.21Exposição ao risco de capital;

7.4.2.22Classes restritas; 7.4.2.23Encargos;

7.4.2.24 Outros tipos de Fundos: características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022:

7.4.2.25 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; 7.4.2.26 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;

7.4.2.27 Fundos de Investimento em Participações – FIP;

7.4.2.28 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; *Exchange Traded Funds* – ETFs e ETF ASG;

7.4.2.29 Fundos previdenciários.

8. GESTÃO CONTÁBIL

8.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III);

8.2 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX):

8.2.1 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 ao 82);

8.2.2 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106);

8.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos

Contábeis Específicos, capítulo 4:

8.3.1 Item 4.1: introdução;

8.3.2 Item 4.2.1: aspectos gerais;

8.3.3 Item 4.2.2: aspectos legais;

8.3.4 Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais;

8.4 IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.

9. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

9.1 Normas da compensação previdenciária:

9.1.1 Lei nº 9.796/1999;

9.1.2 Decreto nº 10.188/2019;

9.1.3 Portaria MPS nº 1.400/2024:

9.1.3.1 Das disposições preliminares – capítulo I;

9.1.3.2 Do termo de adesão ao Comprev e contrato com a empresa de tecnologia – capítulo II;

9.1.3.3 Do tempo de contribuição – art. 10;

9.1.3.4 Do encaminhamento de requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27;

9.1.3.5 Da análise de requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46;

9.1.3.6 Do cálculo das parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58;

9.1.3.7 Da apuração de valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68;

9.1.3.8 Do pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78;

9.1.3.9 Da cessação e revisão – art. 79, 80 e 86;

9.1.3.10 Da compensação dos demais regimes e sistemas – arts. 87 e 88; 8.1.3.11 Das disposições finais e transitórias – arts. 90, 91, 92, 93 e 94.

12. **RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES**

12.1 Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A;

12.2 Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal):

12.2.1 Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária;

12.2.2 Art. 299 – Falsidade Ideológica;

12.2.3 Art. 312 – Peculato;

12.2.4 Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações;

12.2.5 Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;

12.2.6 Art. 317 – Corrupção Passiva;

12.2.7 Art. 319 – Prevaricação;

12.2.8 Art. 333 – Corrupção Ativa;

12.2.9 Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária;

12.3 Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):

12.3.1 Art. 2º – Agente Público;

12.3.2 Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;

12.3.3 Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;

12.3.4 Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;

12.4 Lei nº 9.613/1998:

12.4.1 Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

12.4.2 Art. 7º – Efeitos da condenação;

12.4.3 Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle;

12.5 Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I (inelegibilidades).

13. **GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE**

13.1 Ética e integridade: conceitos;

13.2 Gestão e governança: conceitos;

13.3 Governança pública: conceito e princípios;

13.4 Conflito de interesses: conceito;

13.5 Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS;

13.6 Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, ou órgãos equivalentes;

13.7 Dever fiduciário dos dirigentes e conselheiros;

13.8 Gestão de riscos: conceitos, importância da gestão de riscos, como fazer a gestão de riscos e ferramentas de gestão de riscos;

13.9 Programa de *compliance*: conceito e benefícios.

14. **GESTÃO DE PESSOAS**

14.1 Regime jurídico do serviço público;

14.2 Provimento;

14.3 Nomeação;

14.4 Remoção;

14.5 Aproveitamento;

14.6 Integração;

14.7 Reversão;

14.8 Recondução;

14.9 Demissão;

14.12 Substituição;

14.13 Cargos, empregos públicos e funções de confiança;

14.14 Posse e exercício;

14.15 Vacância;

14.16 Exoneração;

14.17 Demissão;

14.18 Promoção;

14.19 Readaptação;

14.20 Aposentadoria;

14.21 Posse em outro cargo inacumulável;

14.22 Vencimentos e remuneração.

14.21 Agentes públicos: conceito, classificação (agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato

14.4 temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados).

15 **PLANEJAMENTO**

15.1 Instrumentos de planejamento orçamentário – art. 165 da CF/88;

15.2 Plano Plurianual – PPA: art. 165 da CF;

15.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: art. 165 da CF;

15.4 Lei Orçamentária Anual –LOA: art. 165 da CF;

15.5 Planejamento estratégico: conceito;

15.5 Lei nº 4.320/1964: arts. 75 ao 82.

ANEXO II-B

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA COMPLEMENTAÇÃO DE CURSO PARA O EXERCÍCIO CONJUNTO DE DIRIGENTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS E RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS (conteúdo para a certificação de Dirigente da Unidade Gestora do RPPS)

5. COMPLIANCE E ÉTICA

- 5.1 Risco de imagem (reputação) e risco legal (não cumprimento da legislação/regulamentação): implicações de não observância dos princípios e regras de compliance legal e ética;
- 5.2 Prevenção contra a Lavagem de Dinheiro;
- 5.3 Quem está sujeito à lei e à regulamentação: abrangência, amplitude e responsabilidades dos profissionais e das instituições financeiras e não-financeiras (Lei nº 9.613/1998, capítulo V, art. 9º da Resolução CVM nº 50, capítulo I e Circulares Bacen nºs. 3.858/2017, capítulo I e 3.978/2020, capítulo I);
- 5.4 Ética na venda;
- 5.5 Venda casada: conceito;
- 5.6 Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco.

6. NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA

- 6.1 Sistema Financeiro Nacional e participantes do mercado;
 - 6.1.1 Atribuições dos órgãos de regulação e fiscalização: Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
 - 6.1.2 Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais e Bancos de Investimento;
 - 6.1.3 Outros intermediários: Sociedades Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;
 - 6.1.4 B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão;
- 6.2 Conceitos Básicos de Economia;
 - 6.2.1 Indicadores econômicos (definição): PIB – Produto Interno Bruto, índices de inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio (PTAX), taxa SELIC, taxa DI e TR – Taxa Referencial;
 - 6.2.2 Política Fiscal: necessidade de financiamento do setor público, implicações sobre a dívida pública;
 - 6.2.3 Política Cambial: cupom cambial, reservas internacionais, regime de taxa de câmbio (relações e conceitos);
 - 6.2.4 Contas Externas: Balança Comercial, Transações Correntes, Conta de Capital (conceitos)

7. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS

- 7.1 Resolução CMN n 4.963/2021:
 - 7.1.1 Da Alocação dos Recursos;
 - 7.1.2 Da Política de Investimentos;
 - 7.1.3 Do Segmento de Renda Fixa;
 - 7.1.4 Do Segmento de Renda Variável;

- 7.1.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;
- 7.1.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;
- 7.1.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;
- 7.1.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;
- 7.1.9 Dos Limites Gerais;
- 7.1.10 Da Gestão;
- 7.1.11 Do Custodiante;
- 7.1.12 Das Outras Contratações;
- 7.1.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;
- 7.1.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras;
- 7.1.15 Dos Enquadramentos;
- 7.1.16 Das Vedações;
- 7.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 86 ao 156) e Anexo VIII (arts. 1º ao 35):
 - 7.2.1 Dos Investimentos dos Recursos;
 - 7.2.2 Da Gestão da aplicação dos recursos;
 - 7.2.3 Da Política de Investimentos;
 - 7.2.4 Do Credenciamento de Instituições;
 - 7.2.5 Das Alocações dos Recursos;
 - 7.2.6 Da Avaliação e Monitoramento dos riscos;
 - 7.2.7 Da Categorização dos RPPS;
 - 7.2.8 Das Aplicações em Títulos Públicos;
 - 7.2.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;
 - 7.2.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;
 - 7.2.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;
 - 7.2.12 Do Segmento de Empréstimos Consignados.
- 8. **INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS**
 - 8.1 Instrumentos de Renda Fixa:
 - 8.1.1 Formação das Taxas de Juros no Brasil:
 - 8.1.1.1 A Influência das Taxas de Juros nas Empresas e no Governo;
 - 8.1.1.2 A Política Monetária, seus instrumentos e o Comitê de Política Monetária (COPOM);
 - 8.1.1.3 Investimentos e Cenários: relação entre os cenários econômicos e as taxas de juros;
 - 8.1.2 Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação;

- 8.1.3 Principais características de Títulos Públicos e Privados:
 - 8.1.3.1 Precificação de Títulos Públicos e Privados;
 - 8.1.3.2 Preço de Mercado: Ágio e Deságio;
 - 8.1.3.3 Retorno do investimento;
- 8.1.4 Indicadores de Renda Fixa:
 - 8.1.4.1 Índice de Mercado ANBIMA – (IMA–B, IRF–M e IMA–S);
 - 8.1.4.2 IDkA – Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA);
- 8.1.5 Estrutura Temporal das Taxas de Juros:
 - 8.1.5.1 Projeção da curva de Juros Prefixada;
 - 8.1.5.2 Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro);
 - 8.1.5.3 Projeção da curva de Cupom de IGP–M e IPCA;
- 8.1.6 Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões de Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário;
- 8.1.7 Tesouro Direto. Conceito e características operacionais;
- 8.1.8 Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno:
 - 8.1.8.1 Letras do Tesouro Nacional (LTN);
 - 8.1.8.2 Letras Financeiras do Tesouro (LFT);
 - 8.1.8.3 Notas do Tesouro Nacional (NTN–B; NTN–B Principal e NTN–F);
 - 8.1.8.4 Tesouro Renda+ (título do Tesouro Direto);
 - 8.1.8.5 Tesouro Educa+ (título do Tesouro Direto);
- 8.1.9 Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional:
 - 8.1.9.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB);
 - 8.1.9.2 Recibo de Depósito Bancário (RDB);
 - 8.1.9.3 Depósito Interfinanceiro (DI);
 - 8.1.9.4 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE);
 - 8.1.9.5 Notas Promissórias (NP);
 - 8.1.9.6 Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011);
 - 8.1.9.7 Securitização de Recebíveis;
 - 8.1.9.8 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI), Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Letra Imobiliária Garantida (LIG);
 - 8.1.9.9 Títulos do segmento agrícola: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Cédula de Produtor Rural – CPR;
 - 8.1.9.10 Títulos do segmento ASG;
 - 8.1.9.11 Títulos Verdes (*Green Bonds*);

- 8.1.9.12 Títulos Sociais (*Social Bonds*);
- 8.1.9.13 Títulos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);
- 8.1.9.14 Títulos de Transição (Climática);
- 8.1.10 Letra Financeira (LF);
- 8.1.11 Letra de Câmbio (LC);
- 8.1.12 Operações compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras;
- 8.1.13 Renda Fixa Internacional;
- 8.1.14 Taxas de Câmbio: Relações de Paridade entre as Moedas;
- 8.1.15 Transferência Internacional de Recursos;
- 8.1.16 Principais títulos emitidos pelo Tesouro Norte-Americano: *Treasury Bills*, *Treasury Notes*, *Treasury Bonds*, e TIPS – *Treasury Inflation-Protected Securities*;
- 8.1.17 Títulos Brasileiros no Mercado Internacional: *Global Bonds* e *Eurobonds*;
- 8.1.18 8.1.11.5 Outros títulos: *Certificates of Deposit* (CD) e *Commercial Papers*(CP);
- 8.1.19 *Repos* (*Repurchase Agreements*);
- 8.1.20 Os Riscos em aplicações de Renda Fixa:
 - 8.1.20.1 Risco de Crédito;
 - 8.1.20.2 Definição de solvência e inadimplência;
 - 8.1.20.3 Mensuração do risco de crédito;
 - 8.1.20.4 *Spread* de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços);
 - 8.1.20.5 Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa);
 - 8.1.20.6 *Ratings* e sua influência sobre preços dos ativos;
 - 8.1.20.7 Risco Operacional;
 - 8.1.20.8 Risco de Mercado;
 - 8.1.20.9 Risco de Liquidez;
 - 8.1.20.10 Risco País;
 - 8.1.20.11 Risco Cambial;
- 8.1.21 Análise de Títulos de Renda Fixa:
 - 8.1.21.1 *Yield to Maturity*, *Current Yield* e *Coupon Rate*;
 - 8.1.21.2 Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços;
 - 8.1.21.3 *Duration* de Macaulay e *Duration* Modificada;
- 8.1.22 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;
- 8.2 Renda Variável:

- 8.2.1 Ações: Tipos, Classes e Espécies. Certificado de Depósito de Ações (UNITS);
- 8.2.2 BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*;
- 8.2.3 Patrocinados e não patrocinados;
- 8.2.4 Riscos no Mercado Acionário;
- 8.2.5 Risco de Mercado (Volatilidade);
- 8.2.6 Risco de Liquidez;
- 8.2.7 Mercado de Ações;
- 8.2.8 Mercado Primário e Mercado Secundário: principais conceitos e funções econômicas; características e formas de negociação;
- 8.3 Derivativos:
 - 8.3.1 Conceitos Gerais de Derivativos;
 - 8.3.2 Formas de utilização dos Contratos Derivativos. Principais estratégias, os riscos e suas utilizações;
 - 8.3.3 Especulação;
 - 8.3.4 Arbitragem;
 - 8.3.5 Hedge;
- 8.4 Negociação, Liquidação e Custódia;
 - 8.4.1 Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F;
 - 8.4.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Clearing B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor;
 - 8.4.3 Sistema de Pagamento Brasileiro SPB. Conceito e finalidade
- 9. **FUNDOS DE INVESTIMENTOS**
 - 9.1 Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral:
 - 9.1.1 Características, Constituição e Comunicação;
 - 9.1.2 Definição de Fundos de Investimentos;
 - 9.1.3 Conceitos de Condomínio, Constituição e Registro na CVM;
 - 9.1.4 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;
 - 9.1.5 Segregação Patrimonial;
 - 9.1.6 Cotas;
 - 9.1.7 Classes abertas e fechadas;
 - 9.1.8 Emissão;
 - 9.1.9 Subscrição e Integralização;
 - 9.1.10 Resgate e Amortização;
 - 9.1.11 Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada;

- 9.1.12 Distribuição;
- 9.1.13 Investimento por conta e ordem;
- 9.1.14 Participação política do Investidor por Conta e Ordem;
- 9.1.15 Divulgação das Informações;
- 9.1.16 Envio de comunicações aos cotistas;
- 9.1.17 Divulgação de informações e Resultados;
- 9.1.18 Divulgação de cota e rentabilidade;
- 9.1.19 Balancetes e demonstrações contábeis;
- 9.1.20 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes;
- 9.1.21 Fundos Socioambientais;
- 9.1.22 Assembleia de Cotistas;
- 9.1.23 Assembleias Gerais de cotistas;
- 9.1.24 Assembleias Especiais de cotistas;
- 9.1.25 Prestação de Serviços;
- 9.1.26 Serviços Essenciais;
- 9.1.27 Funções do Administrador;
- 9.1.28 Funções do Gestor;
- 9.1.29 Negociação em ativos em Mercados Organizados;
- 9.1.30 Limites de Composição e Concentração da Carteira;
- 9.1.31 Gestão de Liquidez;
- 9.1.32 Direito de Voto;
- 9.1.33 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito;
- 9.1.34 Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês;
- 9.1.35 Remuneração;
- 9.1.36 Taxa de Administração e Gestão;
- 9.1.37 Taxa de Ingresso;
- 9.1.38 Taxa de Saída;
- 9.1.39 Taxa Máxima de distribuição;
- 9.1.40 Acordos de Remuneração;
- 9.1.41 Vedações;
- 9.1.42 Obrigações;
- 9.1.43 Normas de Conduta;

- 9.1.44 Carteira;
- 9.1.45 Classes Restritas e Previdenciárias;
- 9.1.46 Encargos;
- 9.1.47 Patrimônio Líquido Negativo com limitação de Responsabilidade;
- 9.1.48 Responsabilidade limitada de cotistas;
- 9.1.49 Responsabilidade ilimitada de cotistas;
- 9.1.50 Patrimônio Líquido negativo;
- 9.1.51 Insolvência da classe de cotas;
- 9.2 Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022:
 - 9.2.1 Prestação de Serviços;
 - 9.2.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante;
 - 9.2.3 Disposições Gerais;
 - 9.2.4 Vedações;
 - 9.2.5 Distribuição e Subscrição;
 - 9.2.6 Carteira;
 - 9.2.7 Ativos Financeiros no Brasil;
 - 9.2.8 Ativos Financeiros no Exterior;
 - 9.2.9 Limites por Emissor;
 - 9.2.10 Limites por Modalidade de Ativo Financeiro;
 - 9.2.11 Deveres quanto aos Limites de Concentração;
 - 9.2.12 Tipificação;
 - 9.2.13 Fundos de Renda Fixa;
 - 9.2.14 Fundo de Ações;
 - 9.2.15 Fundos Cambiais;
 - 9.2.16 Fundos Multimercados;
 - 9.2.17 Fundos Incentivados em Infraestrutura;
 - 9.2.18 Fundos Destinado à Garantia de Locação Imobiliária;
 - 9.2.19 Concentração em Crédito Privado;
 - 9.2.20 Investimentos em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro;
 - 9.2.21 Exposição ao Risco de Capital;
 - 9.2.22 Classes Restritas;
 - 9.2.23 Encargos;

9.3 Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI, da Resolução CVM nº 175/2022:

9.3.1 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC;

9.3.2 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;

9.3.3 Fundos de Investimento em Participações – FIP;

9.3.4 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs – Exchange Traded Funds e ETF ASG;

9.3.5 Fundos Previdenciários.

10 CONHECIMENTO BÁSICOS DE FINANÇAS

10.1 Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa;

10.2 Regime de Capitalização Simples;

10.3 Proporcionalidade de Taxas;

10.4 Regime de Capitalização Composto;

10.5 Equivalência de Taxas;

10.6 Regime de Capitalização Contínuo;

10.7 Desconto Bancário ou “por fora”;

10.8 Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher;

10.9 Séries Uniformes de Pagamentos;

10.10 Séries Uniformes Antecipadas;

10.11 Séries Uniformes Postecipadas;

10.12 Perpetuidade;

10.13 Valor Futuro (ou montante) de uma Série Uniforme de Pagamentos;

10.14 Sistemas de amortização: Conceitos e definições da Tabela SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela Price e SAA (Sistema de Amortização Americano);

10.15 Métodos de Análise de Investimentos;

10.16 Taxa Mínima de Atratividade;

10.17 Custo de Oportunidade;

10.18 Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa interna de retorno Modificada; Risco de Reinvestimento;

10.19 Valor Presente Líquido (VPL).

11 TEORIA MODERNA DAS CARTEIRAS

11.1 Teoria da utilidade esperada:

11.1.1 Definição de risco e retorno;

11.1.2 Dominância estocástica;

11.1.3 Formato das curvas de utilidade esperada;

- 11.1.4 Sociabilidade;
- 11.1.5 Aversão ao risco;
- 11.1.6 Neutralidade ao risco;
- 11.1.7 Propensão ao risco;
- 11.2 Fronteira eficiente:
 - 11.2.1 Diversificação, risco e retorno;
 - 11.2.2 Risco e retorno de uma carteira com dois ou três ativos;
 - 11.2.3 A curva envoltória;
 - 11.2.4 Carteira de variância mínima;
 - 11.2.5 Construção da fronteira eficiente;
 - 11.2.6 Escolha da carteira ótima;
- 11.3 A introdução do ativo livre de risco:
 - 11.3.1 O Teorema da Separação;
 - 11.3.2 A Linha de Mercado de Capitais (*Capital Market Line*);
 - 11.3.3 Efeito da alavancagem;
 - 11.3.4 Relaxamento das hipóteses;
 - 11.3.5 Ausência de custos de transação e impostos;
 - 11.3.6 Possibilidade de vendas a descoberto;
 - 11.3.7 Financiamento à taxa sem risco;
 - 11.3.8 Homogeneidade das expectativas.
- 11.4 Risco sistemático e não-sistemático:
 - 11.3.1 Risco sistemático;
 - 11.3.2 Risco não-sistemático;
 - 11.3.3 Efeito da diversificação;
 - 11.3.4 Beta e a reta característica;
 - 11.3.5 Beta e risco sistemático;
 - 11.3.6 Reta característica de um ativo.
- 12 **ALOCAÇÃO DE ATIVOS**
 - 12.1 Estratégias básicas de alocação de ativos:
 - 12.1.1 Ativa, passiva e semiativa;
 - 12.1.2 Objetivos a serem atingidos;
 - 12.1.3 O papel dos índices;

- 12.1.4 Classificação e características das estratégias em mercado de renda fixa e variável;
- 12.1.5 Riscos incorridos nas diferentes estratégias;
- 12.2 *Asset Allocation*:
- 12.2.1 Objetivos e características do *Asset Allocation*;
- 12.2.2 Objetivos de risco e retorno no processo de *Asset Allocation*;
- 12.2.3 Características e diferenças entre alocação estratégica e tática;
- 12.2.4 Processo de seleção de classes de ativos;
- 12.2.5 Diferenças entre alocação dinâmica e estática;
- 12.2.6 O processo de construção de *Asset Allocatio* .
- 12 **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**
- 12.1 Medição de Desempenho (*Performance Measurement*);
- 12.2 Cálculo de retorno sem fluxos externos;
- 12.3 Cálculo de retorno com fluxos externos;
- 12.4 Taxa de retorno total;
- 12.5 Taxa de retorno ponderada pelo tempo (*time-weighted rate of return*);
- 12.6 Taxa de retorno ponderada pelo dinheiro (*money-weighted rate of return*);
- 12.7 Anualização de retornos;
- 12.8 Atribuição de Desempenho (*Performance Attribution*);
- 12.9 Índices de referência (*benchmarks*);
- 12.10 Conceito e propriedades de um índice de referência válido;
- 12.11 Tipos de índices de referência;
- 12.12 Testes de qualidade de um índice de referência;
- 12.13 Atribuição Macro: visão geral, insumos e análise;
- 12.14 Atribuição Micro: visão geral e modelo de fatores fundamentais;
- 12.15 Atribuição de desempenho em renda fixa;
- 12.16 Avaliação de Desempenho (*Performance Appraisal*);
- 12.17 Medidas de avaliação de desempenho ajustadas ao risco;
- 12.18 Alfa de *Jensen*;
- 12.19 Razão de *Treynor*;
- 12.20 Índice de *Sharpe*;
- 12.21 *Information Ratio e Tracking Error*;
- 12.22 Índice M2

13 GESTÃO DE RISCO

- 13.1 Fundamentos de gestão de risco;
- 13.2 O papel da gestão de risco;
- 13.3 Tipos de risco e ferramentas básicas de gestão;
- 13.4 Medidas de desempenho ajustada ao risco;
- 13.5 Gestão integrada de risco;
- 13.6 Funcionamento de uma área de gestão de riscos: objetivos, controles e validação de modelos (*backtesting*);
- 13.7 Medidas de Risco de Mercado;
- 13.8 Volatilidade;
- 13.9 Variância e desvio padrão;
- 13.10 Beta;
- 13.11 *Value-at-Risk* (VaR);
 - 13.12 Analítico ou paramétrico;
 - 13.13 Histórico;
 - 13.14 Definição Monte Carlo;
 - 13.15 Vantagens e limitações;
 - 13.16 *Benchmark VaR*;
- 13.17 Riscos associados a títulos de renda fixa;
- 13.18 Risco de taxa de juros;
- 13.19 Mensuração de risco de taxa de juros;
- 13.20 Análise de cenário;
- 13.21 Duration: *Macaulay*, *Modificada* e *Effective*;
- 13.22 Convexidade;
- 13.23 Risco da Curva de Juros;
- 13.24 Risco de Resgate Antecipado;
- 13.25 Risco de Reinvestimento;
- 13.26 Risco de Crédito;
- 13.27 Risco de Liquidez;
- 13.28 Risco de Câmbio;
- 13.29 Risco de Inflação;
- 13.30 Risco de Volatilidade;
- 13.31 Risco de Evento;

- 13.32 Risco Soberano;
- 13.33 Gestão de investimentos e gestão de risco;
- 13.34 Construção de carteiras;
- 13.35 VaR da carteira e de seus componentes;
- 13.36 Orçamento de risco;
- 13.37 Monitoramento de risco e medição de desempenho;
- 13.38 *Stress testing* e análise de cenários;
- 13.39 Risco de liquidez.

ANEXO III-A

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DE DIRIGENTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF; Agentes públicos: conceito e classificação de agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados; Regime jurídico do serviço público: conceitos de cargo público, posse, exercício, provimento, nomeação, promoção, aproveitamento, reintegração, readaptação, reversão, recondução, vacância, promoção, exoneração, aposentadoria, demissão, remoção, substituição; Noções de ciclo orçamentário: Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA (art. 165 da CF); Lei nº 14.133/2021 – arts. 28 e 89 ao 95; Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32; Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) arts. 1 a 14.

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS; Portaria MPS nº 1.467/2022: Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º; Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75; Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84; Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181; Portaria MPS nº 1.467/2022: Concessão de benefícios – art. 157; Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158; Regras de acumulação de benefício art. 165.

GESTÃO CONTÁBIL

Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III); Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX): Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts.75 ao 82); Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, capítulo 4: Item 4.1: introdução; lte 4.2.1: aspectos gerais; Item 4.2.2: aspectos legais; Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais; IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.

PLANO DE CUSTEIO

Portaria MPS nº 1.467/2022: Caráter contributivo – arts. 7º ao 10; Limites de contribuição – art. 11; Base de cálculo de contribuições – art. 12; Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17; Dação em pagamento art. 187.

GESTÃO ATUARIAL

Portaria MPS nº 1.467/2022: Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25; Avaliação atuarial anual – art. 26; Base cadastral – art. 47; Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – arts. 52 ao 54; equacionamento do déficit atuarial – art. 55; Acompanhamento atuarial arts. 67.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS: Resolução CMN nº 4.963/2021: Da Alocação dos Recursos; Da Política de Investimentos; Do Segmento de Renda Fixa; Do Segmento de Renda Variável; Do Segmento de Investimentos no Exterior; Do Segmento de Investimentos Estruturados; Do Segmento de Fundos mobiliários; Do Segmento de Empréstimos Consignados; Dos Limites Gerais; Da Gestão; Do Custodiante; Das Outras Contratações; Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários; Do Controle das Disponibilidades Financeiras; Dos Enquadramentos; Das Vedações; Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35: Dos Investimentos dos Recursos; Da Gestão da aplicação dos recursos; Da Política de Investimentos; Do Credenciamento de Instituições; Das Alocações dos Recursos; Da Avaliação e Monitoramento dos riscos; Da Categorização dos RPPS; Das Aplicações em Títulos Públicos; Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras

dos RPPS; Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos; Das Medidas em Caso de Desenquadramento; Do Segmento de Empréstimos Consignados; Instrumentos de renda fixa: Definição; Principais conceitos e características de instrumentos de renda fixa: Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”; Formas de remuneração – pré-fixada e pós-fixada e principais indicadores; Formas de amortização e pagamento de juros; Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio); Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de covenant, ocorrência de cross default), aquisição facultativa e opção de compra (opção call): conceitos e diferenças e impactos do ponto de vista do investidor; Principais instrumentos: Títulos públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F); Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão; Tesouro Direto: conceitos e características operacionais; Títulos Privados Bancários: Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características; Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características; Títulos corporativos; Debêntures: conceitos e características; Notas promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro; Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e Características; Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características; Operações compromissadas: conceitos e características; Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos; Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização; Instrumentos de renda variável: Definição; Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – American Depositary Receipts e BDRs – Brazilian Depositary Receipts) e bônus de subscrição: conceitos e características; Oferta primária e secundária: definições e distinção; Negociação, liquidação e custódia; Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F; Fundos de Investimentos: Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral: Características, constituição e comunicação; Definição de Fundos de Investimentos; Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM; Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses; Segregação patrimonial; Cotas; Classes abertas e fechadas; Emissão; Subscrição e integralização; Resgate e amortização; Negociação com uso indevido de informação privilegiada; Distribuição; Investimento por conta e ordem; Participação política do investidor por conta e ordem; Divulgação das Informações; Envio de comunicações aos cotistas; Divulgação de informações e resultados; Divulgação de cota e rentabilidade; Balancetes e demonstrações contábeis; Informações eventuais: atos ou fatos relevantes; Fundos socioambientais; Assembleia de cotistas; Assembleias Gerais de cotistas; Assembleias Especiais de cotistas; Prestação de serviços; Serviços essenciais; Funções do Administrador; Funções do Gestor; Negociação em ativos em mercados organizados; Limites de composição e concentração da carteira; Gestão de liquidez; Direito de voto; Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês; Remuneração; Taxa de Administração e Gestão; Taxa de Ingresso; Taxa de Saída; Taxa máxima de distribuição; Acordos de remuneração; Vedações; Obrigações; Normas de conduta; Carteira; Classes restritas e previdenciárias; Encargos; Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade; Responsabilidade limitada de cotistas; Responsabilidade ilimitada de cotistas; Patrimônio líquido negativo; Insolvência da classe de cotas; Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo I da Resolução CVM nº 175/2022: Prestação de serviços; Obrigações do administrador, gestor e custodiante; Disposições gerais; Vedações; Distribuição e subscrição; Carteira; Ativos financeiros no Brasil; Ativos financeiros no exterior; Limites por emissor; Limites por modalidade de ativo financeiro; Deveres quanto aos limites de concentração; Tipificação; Fundos de renda fixa; Fundo de ações; Fundos cambiais; Fundos multimercados; Fundos incentivados em infraestrutura; Fundos destinados à garantia de locação imobiliária; Concentração em crédito privado; Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro; Exposição ao risco de capital; Classes restritas; Encargos; Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022; Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; Fundos de Investimento Imobiliário – FII; Fundos de Investimento em Participações – FIP; Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; Exchange Traded Funds – ETFs e ETF ASG; Fundos previdenciários.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Normas da Compensação Previdenciária: Lei nº 9.796/1999; Decreto nº 10.188/2019; Portaria MPS nº 1.400/24: Das Disposições preliminares (capítulo I); Do termo de adesão ao Comprev e do contrato com a empresa de tecnologia (capítulo II); Do tempo de contribuição (art. 10); Do encaminhamento de requerimentos (arts. 14 ao 18, 20, 22, 24 ao 27); Da análise de requerimentos (arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46); Do cálculo das parcelas (arts. 47, 52, 53 e 58); Da apuração de valores (arts. 59, 62, 66, 67 e 68); Do pagamento (arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78); Da cessação e revisão (arts. 79, 80 e 86); D compensação do demais egimes e sistema (arts. 87 88); Das disposições finais e transitórias (arts. 90, 91, 92, 93 94)

CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ–GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP

Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XI); Manual do Pró–Gestão RPPS: Aspectos gerais do Pró–Gestão RPPS; Objetivos; Premissas; Adesão voluntária; Dimensões; Níveis de aderência; Temporalidade; Regularidade previdenciária; Manutenção e renovação da certificação; Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo V, seção I); ISP–RPPS Portaria MPS 1.467/2022 (capítulo XII).

CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

Controle na Administração Pública: conceito e objetivos; Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS; Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Tribunal de Contas: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255; Sociedade: transparência pública e o controle social; Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022): Competência: arts. 239 e 240; Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I; Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III; Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V; Processo Administrativo Previdenciário PAP: capítulo XIII, seção VI.

RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES

Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º–A; Decreto–Lei nº 2.848/1940 (Código Penal): Art. 168–A – Apropriação Indébita Previdenciária; Art. 299 – Falsidade Ideológica; Art. 312 – Peculato; Art. 313–A – Inserção de dados falsos em sistema de informações; Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Art. 317 – Corrupção Passiva; Art. 319 – Prevaricação; Art. 333 – Corrupção Ativa; Art. 337–A – Sonegação de contribuição previdenciária; Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: Art. 2º – Agente Público; Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública; Lei nº 9.613/1998: Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; Art. 7º – Efeitos da condenação; Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle. Lei Complementar 64/1990, art. 1, inciso I (inelegibilidades);

GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE

Ética e integridade: conceitos; Gestão e governança: conceitos; Governança pública: conceito e princípios; Conflito de interesses: conceito; Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró–Gestão RPPS; Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, ou órgãos equivalentes; Dever fiduciário dos dirigentes e conselheiros; Gestão de riscos: conceitos, importância da gestão de riscos, como fazer a gestão de riscos e ferramentas de gestão de riscos; Programa de Compliance: conceito e benefícios.

PLANEJAMENTO

Instrumentos de planejamento orçamentário – art. 165 da CF/88; Plano Plurianual – PPA: art. 165 da CF; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: art. 165 da CF; Lei Orçamentária Anual
-LOA: art. 165 da CF; Planejamento estratégico: conceito; Lei ° 4.320/1964: arts. 75 ao 82.

ANEXO III-B

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DE MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS; Portaria MPS nº 1.467/2022: Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º; Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75; Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84; Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181; Portaria MPS nº 1.467/2022: Concessão de benefícios – art. 157 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158 Regras de acumulação de benefício art. 165

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Normas da Compensação Previdenciária: Lei nº 9.796/1999; Decreto nº 10.188/2019; Portaria MPS nº 1.400/24: Das Disposições preliminares (capítulo I); Do termo de adesão ao Comprev e do contrato com a empresa de tecnologia (capítulo II); Do tempo de contribuição (art. 10); Do encaminhamento de requerimentos (arts. 14 ao 18, 20, 22, 24 ao 27); Da análise de requerimentos (arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46); Do cálculo das parcelas (arts. 47, 52, 53 e 58); Da apuração de valores (arts. 59, 62, 66, 67 e 68); Do pagamento (arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78); Da cessação e revisão (arts. 79, 80 e 86); D compensação do demais regimes e sistema (arts. 87 88); Das disposições finais e transitórias (arts. 90, 91, 92, 93 94).

CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP

Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XI); Manual do Pró-Gestão RPPS: Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS; Objetivos; Premissas; Adesão voluntária; Dimensões; Níveis de aderência; Temporalidade; Regularidade previdenciária; Manutenção e renovação da certificação; Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo V, seção I); ISP-RPPS Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XII).

CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

Controle na Administração Pública: conceito e objetivos; Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS; Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Tribunal de Contas: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255; Sociedade: transparência pública e o controle social; Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022): Competência: arts. 239 e 240; Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I; Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III; Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V; Processo Administrativo Previdenciário PAP: capítulo XIII, seção VI.

RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES

Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A; Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal): Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária; Art. 299 – Falsidade Ideológica; Art. 312 – Peculato; Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações; Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Art. 317 – Corrupção Passiva; Art. 319 – Prevaricação; Art. 333 – Corrupção Ativa; Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária; Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: Art. 2º – Agente Público; Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública; Lei nº 9.613/1998: Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; Art. 7º – Efeitos da condenação; Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle. Lei Complementar 64/1990, art. 1º inciso I (inelegibilidades)

GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE

Ética e integridade: conceitos; Gestão e governança: conceitos; Governança pública: conceito e princípios; Conflito de interesses: conceito Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS. Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, ou órgãos equivalentes; Noções de Gestão de Riscos: conceitos; importância da gestão de riscos; como fazer a gestão de riscos; ferramentas de gestão de riscos; Programa de Compliance: conceitos.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS Resolução CMN nº 4.963/2021: Da Alocação dos Recursos; Da Política de Investimentos; Do Segmento de Renda Fixa; Do Segmento de Renda Variável; Do Segmento de Investimentos no Exterior; Do Segmento de Investimentos Estruturados; Do Segmento de Fundos Imobiliários; Do Segmento de Empréstimos Consignados; Dos Limites Gerais; Da Gestão; Do Custodiante; Das Outras Contratações; Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários; Do Controle das Disponibilidades Financeiras; Dos Enquadramentos; Das Vedações; Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35; Dos Investimentos dos Recursos; Da Gestão da aplicação dos recursos; Da Política de Investimentos; Do Credenciamento de Instituições; Das Aloc ç õ s dos Recursos; Da Avaliação e Monitoramento dos riscos; Da Categorização dos RPPS; Das Aplicações em Títulos Públicos; Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS; Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos; Das Medidas em Caso de Desenquadramento; Do Segmento de Empréstimos Consignados; Instrumentos de renda fixa: Definição; Principais conceitos e características de instrumentos de renda fixa: Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”; Formas de remuneração – pré- fixada e pós- fixada e principais indicadores; Formas de amortização e pagamento de juros; Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio); Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de covenant, ocorrência de cross default), aquisição facultativa e opção de compra (opção call): conceitos e diferenças e impactos do ponto de vista do investidor; Principais instrumentos: Títulos públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F); Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão; Tesouro Direto: conceitos e características operacionais; Títulos Privados Bancários: Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características; Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características; Títulos corporativos; Debêntures: conceitos e características; Notas promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro; Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características; Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características; Operações compromissadas: conceitos e características; Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos; Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização; Instrumentos de renda variável: Definição; Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – American Depositary Receipts e BDRs – Brazilian Depositary Receipts) e bônus de subscrição: conceitos e características; Oferta primária e secundária: definições e distinção; Negociação, liquidação e custódia; Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F; Fundos de Investimentos: Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral: Características, constituição e comunicação; Definição de Fundos de Investimentos; Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM; Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses; Segregação patrimonial; Cotas; Classes abertas e fechadas; Emissão; Subscrição e integralização; Resgate e amortização; Negociação com uso indevido de informação privilegiada; Distribuição; Investimento por conta e ordem; Participação política do investidor por conta e ordem; Divulgação das Informações; Envio de comunicações aos cotistas; Divulgação de informações e resultados; Divulgação de cota e rentabilidade; Balancetes e demonstrações contábeis; Informações eventuais: atos ou fatos relevantes; Fundos socioambientais; Assembleia de cotistas; Assembleias Gerais de cotistas; Assembleias Especiais de cotistas;

Prestação de serviços; Serviços essenciais; Funções do Administrador; Funções do Gestor; Negociação em ativos em mercados organizados; Limites de composição e concentração da carteira; Gestão de liquidez; Direito de voto; Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês; Remuneração; Taxa de Administração e Gestão; Taxa de Ingresso; Taxa de Saída; Taxa máxima de distribuição; Acordos de remuneração; Vedações; Obrigações; Normas de conduta; Carteira; Classes restritas e previdenciárias; Encargos; Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade; Responsabilidade limitada de cotistas; Responsabilidade ilimitada de cotistas; Patrimônio líquido negativo; Insolvência da classe de cotas; Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo I da Resolução CVM nº 175/2022: Prestação de serviços; Obrigações do administrador, gestor e custodiante; Disposições gerais; Vedações; Distribuição e subscrição; Carteira; Ativos financeiros no Brasil; Ativos financeiros no exterior; Limites por emissor; Limites por modalidade de ativo financeiro; Deveres quanto aos limites de concentração; Tipificação; Fundos de renda fixa; Fundo de ações; Fundos cambiais; Fundos multimercados; Fundos incentivados em infraestrutura; Fundos destinados à garantia de locação imobiliária; Concentração em crédito privado; Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro; Exposição ao risco de capital; Classes restritas; Encargos; Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022; Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; Fundos de Investimento Imobiliário – FII; Fundos de Investimento em Participações – FIP; Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; Exchange Traded Funds – ETFs e ETF ASG; Fundos previdenciários.

ANEXO III-C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO RPPS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS

Resolução CMN nº 4.963/2021: Da Alocação dos Recursos; Da Política de Investimentos; Do Segmento de Renda Fixa; Do Segmento de Renda Variável; Do Segmento de Investimentos no Exterior; Do Segmento de Investimentos Estruturados; Do Segmento de Fundos Imobiliários; Do Segmento de Empréstimos Consignados; Dos Limites Gerais; Da Gestão; Do Custodiante; Das Outras Contratações; Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários; Do Controle das Disponibilidades Financeiras; Dos Enquadramentos; Das Vedações; Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 86 ao 156) e Anexo VIII (arts. 1º ao 35): Dos Investimentos dos Recursos; Da Gestão da aplicação dos recursos; Da Política de Investimentos; Do Credenciamento de Instituições; Das Alocações dos Recursos; Da Avaliação e Monitoramento dos riscos; Da Categorização dos RPPS; Das Aplicações em Títulos Públicos; Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS; Da transparência das Informações Relativas aos B33 Investimentos; Das Medidas em Caso de Desenquadramento; Do Segmento de Empréstimos Consignados.

FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral: Características, Constituição e Comunicação; Definição de Fundos de Investimentos; Conceitos de Condomínio, Constituição e Registro na CVM; Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses; Segregação Patrimonial; Cotas; Classes abertas e fechadas; Emissão; Subscrição e Integralização; Resgate e Amortização; Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada; Distribuição; Investimento por conta e ordem; Participação política do Investidor por Conta e Ordem; Divulgação das Informações; Envio de comunicações aos cotistas; Divulgação de informações e Resultados; Divulgação de cota e rentabilidade; Balançotes e demonstrações contábeis; Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes; Fundos Socioambientais; Assembleia de Cotistas; Assembleias Gerais de cotistas; Assembleias Especiais de cotistas; Prestação de Serviços; Serviços Essenciais; Funções do Administrador; Funções do Gestor; Negociação em ativos em Mercados Organizados; Limites de Composição e Concentração da Carteira; Gestão de Liquidez; Direito de Voto; Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês; Remuneração; Taxa de Administração e Gestão; Taxa de Ingresso; Taxa de Saída; Taxa Máxima de distribuição; Acordos de Remuneração; Vedações; Obrigações; Normas de Conduta; Carteira; Classes Restritas e Previdenciárias; Encargos; Patrimônio Líquido Negativo com limitação de Responsabilidade; Responsabilidade limitada de cotistas; Responsabilidade ilimitada de cotistas; Patrimônio Líquido negativo; Insolvência da classe de cotas; Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022: Prestação de Serviços; Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante; Disposições Gerais; Vedações; Distribuição e Subscrição; Carteira; Ativos Financeiros no Brasil; Ativos Financeiros no Exterior; Limites por Emissor; Limites por Modalidade de Ativo Financeiro; Deveres quanto aos Limites de Concentração; Tipificação; Fundos de Renda Fixa; Fundo de Ações; Fundos Cambiais; Fundos Multimercados; Fundos Incentivados em Infraestrutura; Fundos Destinado à Garantia de Locação Imobiliária; Concentração em Crédito Privado; Investimentos em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro; Exposição ao Risco de Capital; Classes Restritas; Encargos; Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI, da Resolução CVM nº 175/2022: Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; Fundos de Investimento Imobiliário – FII; Fundos de Investimento em Participações – FIP; Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs – Exchange Traded Fundos e ETF ASG; Fundos Previdenciários.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS

Resolução CMN ° 4.963/2021: Da Alocação dos Recursos; Da Política de Investimentos; Do Segmento de Renda Fixa; Do Segmento de Renda Variável; Do Segmento de Investimentos no Exterior; Do Segmento de Investimentos Estruturados; Do Segmento de Fundos Imobiliários; Do Segmento de Empréstimos Consignados; Dos Limites Gerais; Da Gestão; Do Custodiante; Das Outras Contratações; Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários; Do Controle das Disponibilidades Financeiras; Dos Enquadramentos; Das Vedações; Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 86 ao 156) e Anexo VIII (arts. 1º ao 35): Dos Investimentos dos Recursos; Da Gestão da aplicação dos recursos; Da Política de Investimentos; Do Credenciamento de Instituições; Das Alocações dos Recursos; Da Avaliação e Monitoramento dos riscos; Da Categorização dos RPPS; Das Aplicações em Títulos Públicos; Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS; Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos; Das Medidas em Caso de Desenquadramento; Do Segmento de Empréstimos Consignados.

ALOCÇÃO DE ATIVOS

Estratégias básicas de alocação de ativos: Ativa, passiva e semiativa; Objetivos a serem atingidos; O papel dos índices; Classificação e características das estratégias em mercado de renda fixa e variável; Riscos incorridos nas diferentes estratégias; Asset Allocation: Objetivos e características do Asset Allocation; Objetivos de risco e retorno no processo de Asset Allocation; Características e diferenças entre alocação estratégica e tática; Processo de seleção de classes de ativos; Diferenças entre alocação dinâmica e estática; O processo de construção de Asset Allocation.

GESTÃO DE RISCO

Fundamentos de gestão de risco; O papel da gestão de risco; Tipos de risco e ferramentas básicas de gestão; Medidas de desempenho ajustada ao risco; Gestão integrada de risco; Funcionamento de uma área de gestão de riscos: objetivos, controles e validação de modelos (backtesting); Medidas de Risco de Mercado; Volatilidade; Variância e desvio padrão; Beta; Value-at-Risk (VaR); Analítico ou paramétrico; Histórico; Definição Monte Carlo; Vantagens e limitações; Benchmark VaR; Riscos associados a títulos de renda fixa; Risco de taxa de juros; Mensuração de risco de taxa de juros; Análise de cenário; Duration: Macaulay, Modificada e Effective; Convexidade; Risco da Curva de Juros; Risco de Resgate Antecipado; Risco de Reinvestimento; Risco de Crédito; Risco de Liquidez; Risco de Câmbio; Risco de Inflação; Risco de Volatilidade; Risco de Evento; Risco Soberano; Gestão de investimentos e gestão de risco; Construção de carteiras; VaR da carteira e de seus componentes; Orçamento de risco; Monitoramento de risco e medição de desempenho; Stress testing e análise de cenários; Risco de liquidez.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Medição de Desempenho (Performance Measurement); Cálculo de retorno sem fluxos externos; Cálculo de retorno com fluxos externos; Taxa de retorno total; Taxa de retorno ponderada pelo tempo (time-weighted rate of return); Taxa de retorno ponderada pelo dinheiro (money-weighted rate of return); Anualização de retornos; Atribuição de Desempenho (Performance Attribution); Índices de referência (benchmarks); Conceito e propriedades de um índice de referência válido; Tipos de índices de referência; Testes de qualidade de um índice de referência; Atribuição Macro: visão geral, insumos e análise; Atribuição Micro: visão geral e modelo de fatores fundamentais; Atribuição de desempenho e renda fixa; Avaliação de Desempenho (Performance Appraisal); Medidas de avaliação de desempenho ajustadas ao risco; Alfa de Jensen; Razão de Treynor; Índice de Sharpe; Information Ratio e Tracking Error; Índice M2.

CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP

Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XI); Manual do Pró-Gestão RPPS: Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS; Objetivos; Premissas; Adesão voluntária; Dimensões; Níveis de aderência; Temporalidade; Regularidade previdenciária; Manutenção e renovação da certificação; Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo V, seção I); ISP-RPPS Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XII).

COMPLIANCE E ÉTICA

Risco de imagem (reputação) e risco legal (não cumprimento da legislação/regulamentação): implicações de não observância dos princípios e regras de compliance legal e ética; Prevenção contra a Lavagem de Dinheiro; Quem está sujeito à lei e à regulamentação: abrangência, amplitude e responsabilidades dos profissionais e das instituições financeiras e não-financeiras (Lei nº 9.613/1998, capítulo V, art. 9º da Resolução CVM nº 50, capítulo I e Circulares Bacen nºs. 3.858/2017, capítulo I e 3.978/2020, capítulo I); Ética na venda; Venda casada: conceito; Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco.

INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS

Instrumentos de Renda Fixa: Formação das Taxas de Juros no Brasil: A Influência das Taxas de Juros nas Empresas e no Governo; A Política Monetária, seus instrumentos e o Comitê de Política Monetária (COPOM); Investimentos e Cenários: relação entre os cenários econômicos e as taxas de juros; Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação; Principais características de Títulos Públicos e Privados: Precificação de Títulos Públicos e Privados; Preço de Mercado: Ágio e Deságio; Retorno do investimento; Indicadores de Renda Fixa: Índice de Mercado ANBIMA – (IMA–B, IRF–M e IMA–S); IDkA – Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA); Estrutura Temporal das Taxas de Juros: Projeção da curva de Juros Prefixada; Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro); Projeção da curva de Cupom de IGP–M e IPCA; Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões de Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário; Tesouro Direto. Conceito e características operacionais; Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno: Letras do Tesouro Nacional (LTN); Letras Financeiras do Tesouro (LFT); Notas do Tesouro Nacional (NTN–B; NTN–B Principal e NTN–F); Tesouro Renda+ (título do Tesouro Direto); Tesouro Educa+ (título do Tesouro Direto); Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional: Certificado de Depósito Bancário (CDB); Recibo de Depósito Bancário (RDB); Depósito Interfinanceiro (DI); Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE); Notas Promissórias (NP); Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011); Securitização de Recebíveis; Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI), Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Letra Imobiliária Garantida (LIG); Títulos do segmento agrícola: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Cédula de Produtor Rural – CPR; Títulos do segmento ASG; Títulos Verdes (Green Bonds); Títulos Sociais (Social Bonds); Títulos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável); Títulos de Transição (Climática); Letra Financeira (LF); Letra de Câmbio (LC); Operações compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras; Renda Fixa Internacional; Taxas de Câmbio: Relações de Paridade entre as Moedas; Transferência Internacional de Recursos; Principais títulos emitidos pelo Tesouro Norte-Americano: Treasury Bills, Treasury Notes, Treasury Bonds, e TIPS – Treasury Inflation-Protected Securities; Títulos Brasileiros no Mercado Internacional: Global Bonds e Eurobonds; Outros títulos: Certificates of Deposit (CD) e Commercial Papers (CP); Repos (Repurchase Agreements); Os Riscos em aplicações de Renda Fixa: Risco de Crédito; Definição de solvência e inadimplência; Mensuração do risco de crédito; Spread de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços); Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa); Ratings e sua influência sobre preços dos ativos; Risco Operacional; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco País; Risco Cambial; Análise de Títulos de Renda Fixa: Yield to Maturity, Current Yield e Coupon Rate; Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços; Duration de Macaulay e Duration Modificada; Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização; Renda Variável: Ações: Tipos, Classes e Espécies. Certificado de Depósito de Ações (UNITS); BDRs – Brazilian Depositary Receipts; Patrocinados e não patrocinados; Riscos no Mercado Acionário; Risco de Mercado (Volatilidade); Risco de Liquidez; Mercado de Ações; Mercado Primário e Mercado Secundário: principais conceitos e funções econômicas; características e formas de negociação; Derivativos: Conceitos Gerais de Derivativos; Formas de utilização dos Contratos Derivativos. Principais estratégias, os riscos e suas utilizações; Especulação; Arbitragem; Hedge; Negociação, Liquidação e Custódia; Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN–B, NTN–B Principal e NTN–F; Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Clearing B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor; Sistema de Pagament Brasileiro SPB. Conceito e finalidade.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE FINANÇAS

Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa; Regime de Capitalização Simples; Proporcionalidade de Taxas; Regime de Capitalização Composto; Equivalência de Taxas; Regime de Capitalização Contínuo; Desconto Bancário ou “por fora”; Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher; Séries Uniformes de Pagamentos; Séries Uniformes Antecipadas; Séries Uniformes Postecipadas; Perpetuidade; Valor Futuro (ou montante) de uma Série Uniforme de Pagamentos; Sistemas de amortização: Conceitos e definições da Tabela SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela Price e SAA (Sistema de Amortização Americano); Métodos de Análise de Investimentos; Taxa Mínima de Atratividade; Custo de Oportunidade; Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa interna de retorno Modificada; Risco de Reinvestimento; Valor Presente Líquido (VPL).

CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

Controle na Administração Pública: conceito e objetivos; Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS; Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Tribunal de Contas: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255; Sociedade: transparência pública e o controle social; Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022): Competência: arts. 239 e 240; Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I; Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III; Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V; Processo Administrativo Previdenciário PAP: capítulo XIII, seção VI.